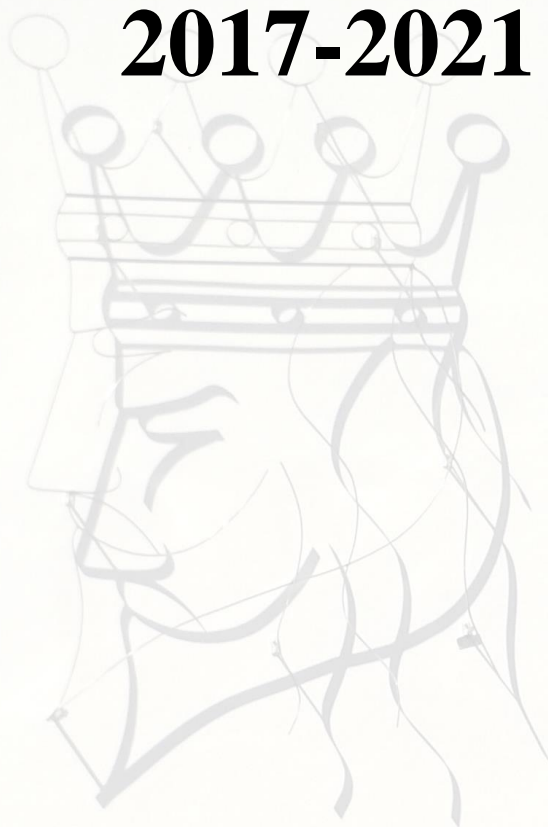


Projeto Educativo

2017-2021



*Ai, flores, ai, flores do verde pino,
sesabedes novas do meu amigo?
Ai, Deus, e u é?*

D. Dinis

Escola Secundária com 3º Ciclo D. Dinis

Aprovado em Conselho Geral de 13 de novembro de 2017 e acrescentado com o ponto nove em fevereiro de 2020

Índice:

Índice -----	2
Siglas -----	3
Introdução-----	4

PARTE I

Da missão da escola aos objetivos e processos do Projeto Educativo-----7

1. Missão -----	7
2. Visão -----	7
3. Valores -----	8
4. Sustentabilidade do Progresso da Escola -----	8
4.1. A história como base da sustentabilidade -----	9
4.1.1. Imagem pública -----	9
4.1.2. Os passos percorridos - A História-----	9
4.2. A escola no Presente – caracterização -----	10
4.3. Os alunos -----	12
4.4. Pessoal Docente e Não Docente-----	14
5. Pontos fracos da escola -----	15
5.1. Constrangimentos específicos da escola-----	15
5.1.1. Decorrente dos problemas anteriores e levantados na caracterização-----	15
5.1.2. Pontos fracos identificados pelas avaliações interna e externa.-----	15
5.1.2.1. Avaliação Externa-----	15
5.1.2.2. Avaliação Interna -----	16
5.2. Análise SWOT -----	16
6. Potencialidades - pontos fortes da escola -----	17
6.1. Recursos Humanos-----	17
6.2. Recursos científico-pedagógicos -----	17
6.3. Recursos físicos -----	17

PARTE II

Objetivos, as estratégias e a operacionalização----- 17

7.1. Eixo 1 - resultados escolares-----	18
7.1.1. Resultados globais da escola -----	18
7.1.2. Resultados escolares por ano de escolaridade-----	19
7.2. Eixo da Organização escolar -----	19
7.3. Eixo do Serviço educativo -----	19
7.4. Eixo dos Recursos financeiros e materiais -----	19
8. Operacionalização/estratégias -----	20
9. Opções estruturantes -----	26
10. Avaliação do Projeto Educativo-----	31

PARTE III

Anexos -----32

Gráficos e tabelas: nº de alunos ao longo dos últimos 12 anos, Ação Social Escolar, Distribuição dos alunos em 2017-18 pelas modalidades de ensino; Professores: distribuição etária, anos de serviço, habilitações dos docentes, distribuição por departamentos; Pessoal Não Docente: distribuição do pessoal pelo serviço, por idade, por anos de serviço e habilitações; dados de escolaridade e socioeconómicos de contexto; abandono escolar; participação dos pais/encarregados de educação; resultados escolares – evolução ao longo dos anos de acordo com a base de dados do Ministério da Educação – MISI; caracterização da escola efetuada pela Avaliação Externa – 2012; Avaliação externa: primeiro ciclo avaliativo - março de 2008, segundo ciclo avaliativo março de 2012; avaliações internas- 2013-14, 2014-15, 2015-16 e 2016-17.

SIGLAS:

ACND-----	Área Curricular Não Disciplinar
ADD-----	Avaliação de Desempenho Docente
ADPND-----	Avaliação de Desempenho do Pessoal Não Docente
ANQ-----	Agência Nacional Qualificação
CCH-----	Curso Científico - Humanístico
CCH-CT-----	Científico-Humanístico - Ciências e Tecnologias
CCH -LH-----	Científico-Humanístico – Línguas e Humanidades
CEI -----	Currículo Educativo Individual
CEF-----	Curso de Educação e Formação
CP-----	Conselho Pedagógico
CPAGD-----	Curso Profissional de Apoio à Gestão Desportiva
CPIG-----	Curso Profissional de Informática de Gestão
DGAE -----	Direção Geral da Administração Educativa
DGEEC -----	Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DGESTE -----	Direção Geral dos estabelecimentos Escolares
ENES-----	Exames Nacionais do Ensino Secundário
ENEB-----	Exames nacionais do 3º ciclo
ETIC -----	Equipa Tecnológica de Informática
IGE -----	Inspeção Geral do Ensino
JNE -----	Júri Nacional de Exames
MACS-----	Matemática Aplicada às Ciências Sociais
NEE-----	Necessidades Educativas Especiais
OE-----	Orçamento de Estado
OPC-----	Oficina de Promoção para a Cidadania
OTE-----	Organização dos Tempos Escolares
MISI -----	Missão para o Sistema de Informação do Ministério da Educação
NAC-----	Nacional
PAE -----	Plano de Atividades de Escola
PCA -----	Percurso Curricular Alternativo
PCE -----	Projeto Curricular de Escola
PEE -----	Projeto Educativo de Escola
PTT -----	Projeto de Trabalho de Turma
PTT -----	Projeto de Trabalho de Turma
PLNM-----	Português Língua Não Materna
POE -----	Projeto de Organização de Escola
POCH-----	Programa Operacional Capital Humano
PIEF-----	Programa Integrado de Educação e Formação
PTE -----	Plano Tecnológico da Educação
TAGD-----	Técnico de Apoio à Gestão Desportiva
TEIP -----	Território Educativo de Intervenção Prioritária
TIC -----	Tecnologias da Informação e Comunicação
TIG-----	Técnico Informática de Gestão
UO-----	Unidade Orgânica

Introdução

Antes da apresentação do **Projeto Educativo (PEE)** para o quadriénio 2017-2021, há três pontos fundamentais que requerem uma abordagem prévia: a realidade escolar que se redesenha para a escola, o documento relativo ao “perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória” e a importância e articulação dos diversos documentos estruturantes da escola;

O ponto de partida do quadriénio altera a nossa realidade e é um corte com o passado recente da escola. Iniciámos o ano letivo com aproximadamente 700 alunos, contrastando com os cerca de 360 alunos de média que tivemos nos últimos anos. Nesta conjuntura, o facto de voltarmos a ter turmas do ensino regular no ensino básico assume uma importância vital e abre-nos novas perspetivas. Após anos letivos em que este nível de ensino se cingia a cursos “alternativos” (PIEF, PCA, CV e CEFs), no presente ano, temos 4 turmas do 7º, 4 do 8º e 1 do 9º ano. Esta é uma viragem importante e fundamental não só para o crescimento da escola como também para a desejada melhoria dos resultados escolares.

A par do aumento do número de turmas e alunos, tivemos o aumento de docentes os quais, de certeza, vão trazer ideias e propostas que vão enriquecer-nos e melhorarmos as nossas práticas, quer as pedagógicas quer as organizacionais.

A anteceder o ano letivo, o Ministério aprovou um documento importante, referência para todo o trabalho pedagógico futuro, pois ele define o que se pretende para a aprendizagem dos alunos à saída dos 12 anos de escolaridade obrigatória, que é o *Perfil dos alunos à saída da Escolaridade Obrigatória*. Como é dito no *Prefácio*:

“A referência a um perfil não visa, porém, qualquer tentativa uniformizadora, mas sim criar um quadro de referência que pressuponha a liberdade, a responsabilidade, a valorização do trabalho, a consciência de si próprio, a inserção familiar e comunitária e a participação na sociedade que nos rodeia.

Perante os outros e a diversidade do mundo, a mudança e a incerteza, importa criar condições de equilíbrio entre o conhecimento, a compreensão, a criatividade e o sentido crítico. Trata-se de formar pessoas autónomas e responsáveis e cidadãos ativos.

Não falamos de um mínimo nem de um ideal – mas do que se pode considerar desejável, com necessária flexibilidade. Daí a preocupação de definir um perfil que todos possam partilhar e que incentive e cultive a qualidade. Havendo desigualdades e sendo a sociedade humana imperfeita, não se adota uma fórmula única, mas favorece-se a complementaridade e o enriquecimento mútuo entre os cidadãos.”

Assumindo-se como um perfil de base humanista, o qual aplaudimos, este desiderato assenta muito bem nos princípios e nas práticas que têm norteado a nossa escola ao longo dos últimos anos, em particular, a perspetiva inclusiva.

Por fim, umas palavras sobre o documento em si e a articulação com outros documentos estruturantes da vida da escola. Com o PEE, pretendemos apontar a filosofia, as metas, os princípios, os objetivos, as metodologias e a operacionalização do trabalho que se pretende efetuar na escola nos próximos anos. No entanto, o documento tem a montante uma referência documental: o *Projeto de Intervenção do Diretor*. Aquele surge ainda em resultado de um processo evolutivo, ele não é um ponto de chegada nem de partida, mas balizador de um período temporal que não pode olvidar o que o antecede. Por isso, perante a nova realidade escolar que se redesenha, o PEE é ainda mais desafiante.

Procuraremos que o documento se apresente como um farol dos caminhos a trilhar de modo a alcançarmos os objetivos pretendidos e assim concretizarmos a visão que temos para a escola e esta cumprir com a sua missão primeira: ao serviço da comunidade norte de Coimbra e do seu desenvolvimento social, económico, científico, desportivo, artístico e cultural, pois a educação é o motor do nosso futuro coletivo.

Sendo o PEE o documento matriz de outros, norteador da vida e da ação educativa, ele expande-se, projeta-se e operacionaliza-se noutros documentos, a maior parte deles anuais e que se filiam nele. São:

-*Projeto Curricular de Escola* – documento que define um plano de ação para a gestão, organização e avaliação da atividade curricular e de enriquecimento curricular. Deve subordinar-se ao *Projeto Educativo* e fomentar o trabalho colaborativo entre os docentes de modo a permitir a conceção e o desenvolvimento de projetos e competências, bem como a definição de critérios de avaliação.

-*Projeto de Organização* – contempla toda a organização, o modo como nos organizamos, como funcionamos, os critérios subjacentes à distribuição de espaços, de serviço, constituição de turmas, lógicas organizacionais e transparência na distribuição de horas e cargos pelos docentes e pelo pessoal não docente.

-*Plano Anual de Atividades* - define um plano de ação para a organização, gestão e avaliação das atividades curriculares não letivas e de órgãos e estruturas de orientação e gestão pedagógicas e administrativas da escola. Pretende alargar as práticas educativas e a aquisição de conhecimentos a outros contextos, complementares da ação curricular.

-*Regulamento Interno* – em permanente atualização, desenha o quadro normativo, as normas que devem assegurar, facilitar e promover a interação de toda a comunidade educativa.

-*Orçamento* - prevê, de forma discriminada, as receitas a obter e as despesas a realizar pela Escola, para além das verbas atribuídas pelo OE.

Estruturalmente, foi desenhado em três partes: I Parte - o cerne do *Projeto*, com a visão, a missão, os valores, os resultados dos últimos anos, a caracterização, a história, os pontos fracos e os pontos fortes; II Parte – os objetivos, as estratégias e a operacionalização; III Parte – anexos com os dados que fundamentam e alicerçam as afirmações e ideias expressas.

O *PEE*, para além da documentação subsidiária, como vimos, na sua génese, articula-se com outros projetos em que a escola se encontra envolvida e comprometida, nomeadamente o *TEIP* e o *Contrato de Autonomia*.

PARTE I

1. Visão - Como vemos o nosso futuro?

A nossa visão da escola transporta-nos para um futuro onde queremos:

- Tornar-nos numa escola de referência pela qualidade do trabalho pedagógico;
- Responder às solicitações e necessidades da comunidade escolar;
- Criar uma comunidade reflexiva e aprendente.
- Educar os nossos cidadãos, de acordo com os pilares que Edgar Morin ¹, considera uma cultura de autonomia e responsabilidade:
 - prevenção do conhecimento contra o erro e a ilusão;
 - ensino de métodos que permitam ver o contexto e o conjunto, em lugar do conhecimento fragmentado;
 - o reconhecimento do elo indissolúvel entre unidade e diversidade da condição humana;
 - aprendizagem duma identidade planetária considerando a humanidade como comunidade de destino;
 - exigência de apontar o inesperado e o incerto como marcas do nosso tempo;
 - educação para a compreensão mútua entre as pessoas, de pertenças e culturas diferentes;
 - desenvolvimento de uma ética do género humano, de acordo com uma cidadania inclusiva.

2. Missão - Qual a razão da nossa existência?

Somos uma escola que deve responder socialmente e ser responsável e comprometida com a comunidade em que nos inserimos. Somos um polo gerador de conhecimento, cultura e formação que procura elevar os patamares de conhecimento e de qualidade da comunidade, a partir do desenvolvimento que desencadeamos. Existimos e assumimo-nos, pois, como uma instância educadora que tem como missão contribuir para:

- a formação humana, cultural, científica e técnica, desenvolvendo o espírito científico, técnico e humanístico;
- o pensamento reflexivo e aprendente dos membros da comunidade escolar – alunos, pessoal docente, pessoal não docente e pais/encarregados de educação;
- a cooperação e o desenvolvimento da comunidade.

¹ Pensador sobre a educação e de referência no documento sobre o *Perfil do aluno à saída da Escolaridade Obrigatória*.

3. Valores

A escola, enquanto espaço de formação e educação, tem como orientação o aprofundamento e transmissão de valores ligados a uma ética humanista fundada no respeito pela dignidade e inviolabilidade da pessoa e consignados superiormente pela Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Na linha de pensamento anterior, na ação educativa, procuraremos o desenvolvimento gradual de competências humanas e cívicas: civilidade, tolerância, coragem, compromisso, legalidade, transparência, pluralismo, liberdade individual, compromisso coletivo e concertação social. Desta forma, pensa-se no alargamento do conceito de cidadania e na compreensão dos novos direitos e responsabilidades num mundo global. Deste modo, educaremos para o respeito pela diferença e pela defesa da inclusão de todos.

Comungamos, pois, da filosofia presente no *Perfil do aluno à saída do ensino secundário* e que transcrevemos:

“Todas as crianças e jovens devem ser encorajados a pôr em prática, nas suas atividades de aprendizagem, os valores que devem pautar a cultura de escola, mais ainda o ethos da escola:

-Responsabilidade e integridade – Respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum.

-Excelência e exigência – Aspirar ao trabalho bem feito, ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros.

-Curiosidade, reflexão e inovação – Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações.

-Cidadania e participação – Demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor.

-Liberdade – Manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.”

4. Sustentabilidade do Progresso da Escola

A melhor forma de abordarmos a sustentabilidade do progresso e melhoria da escola é ancorarmos em dados e realidades objetivadas nas avaliações externas e

internas já efetuadase na história e caracterização da escola. Com este procedimento, levantamento dos pontos fortes e fracos, identificação das nossas potencialidades, do que melhor temos e fazemos, mas também das nossas debilidades e fragilidades, parece-nos que temos como ponto de partida dados concretos os quais permitem traçar os objetivos com mais rigor.

Ao procedermos desta forma, procuramos também a sustentabilidade a partir de dados estáveis e reveladores da melhoria de resultados, que se têm registado e não de dados pontuais ou ocasionais. Queremos, pois, continuar a trilhar esse caminho...

4.1. A História

4.1.1. Imagem pública

Desde cedo se desenhou um perfil “*non gratus*” para a escola nascente. O contexto socioeconómico e geográfico em que se inseria (e se insere) a sua atividade terá sido determinante, tendo-nos sido colada uma imagem de periferia. Valeu a pena questionarmo-nos se esta imagem pública se deveu apenas a olhares externos, preconceituosos. Valeu a pena questionarmo-nos se fazíamos tudo o que devíamos (devemos) para transmitir a imagem real da escola, desapaixonada mas verdadeira.

Foi nosso objetivo dar-mo-nos a conhecer para que, conhecendo-nos, gostassem de nós. Aliás, e aqui parece poder residir a chave da questão: precisámos de gostar de nós para nos afirmarmos. Não acriticamente. Não cegamente. Não corporativamente. Gostar de nós o suficiente para vermos o quem éramos, o que fomos, o que queríamos, para e por onde quisemos e pudemos ir.

Em certa medida, a reabilitação da nossa imagem pública tem sido um exercício de esforço, dedicação, disponibilidade e profissionalismo, mas tem valido a pena. Olhares exteriores, quando nos visitam, surpreendem-se pelo “amor à camisola”, vestida em unísono, quer pelo pessoal docente quer pelo não docente e também pelos alunos.

Sentimos, hoje, que temos uma imagem pública positiva e reconhecida, não só pela qualidade dos serviços prestados, mas essencialmente pelas dinâmicas que temos incutido à vida da escola.

4.1.2. Os passos percorridos -A História²

²Poderíamos mencionar ainda as muitas e múltiplas atividades e projetos em que estivemos envolvidos – turma de alunos timorenses, projetos de intercâmbios europeus (*Comenius e Erasmus +*), encontro de trabalho durante 3 dias de agentes da educação europeus na escola, visitas de ministros da educação, prémios e participações nas *Escolíadas*, no *Entre Palavras*, *DN@Escolas*, escola piloto no âmbito da

«...uma escola é o conjunto de indivíduos que a formam e, sobretudo, é constituída, antes de mais, pelos significados, intenções, modos de ver e compreender que orientam a ação conjunta; ou seja, é uma realidade subjetivamente construída e partilhada, socialmente, pelo grupo.»³

O nosso «hoje» tem uma história, a nossa história institucional.

É-nos importante criar um sentido de pertença a este espaço/tempo de vida. Alguns retalhos que vale sempre a pena avivar:

- a atual Escola Secundária com 3º ciclo D. Dinis foi criada pelo Despacho N.º 260 do Ministério da Educação e Cultura, publicado no Diário da República, II Série, de 31 de dezembro de 1985, com o nome de Escola Secundária da Pedrulha. Foi rebatizada com o nome de Escola Secundária D. Dinis, conforme Portaria N.º 261/87, de 2 de abril, ao abrigo do Decreto-Lei N.º 93/86, de 10 de maio;

- a Comissão Instaladora responsável pela tarefa de erguer um projeto do nada tinha como presidente Augusto Patrício;

- em 26 de novembro de 1986, deu-se início ao 1º ano letivo, com 7ºs, 8ºs e 9ºs anos. Em 1987, iniciou o 10º ano e só em 1989 passou a funcionar com todos os anos, do 7º ao 12º anos;

- com o aumento de anos de escolaridade, a Escola foi também aumentando os seus espaços. Depois dos blocos A, B, C e F, já prontos em 1986, foi a vez do bloco D e E. Em 1988/89 são os balneários, construídos onde hoje é a arrecadação de material e sala de ergómetro, que permitiram a prática da Educação Física, quando a temperatura e as outras condições meteorológicas o permitiam;

- foi no biénio 93/95 que a escola se pôde considerar completa com a construção do Pavilhão Gimnodesportivo;

- desde a sua fundação até ao ano letivo 2008/2009 foi gerida, sempre, por Comissões de Gestão ou Conselhos Diretivos/Executivos, resultantes da eleição democrática;

- dando cumprimento ao Decreto-lei nº 75/2008, de 22 de abril, a escola passou a ser gerida por um diretor;

- no ano letivo 2011-12, entrou em funcionamento a Unidade de Autismo do Ensino Secundário;

- no ano letivo 2012-13, passou a ser escola TEIP.

- no ano letivo 2014-2015, foi assinado o Contrato de Autonomia;

- no ano letivo 2017-18, entrou em funcionamento a Unidade Estruturada de Multideficiência.

4.2. A escola no Presente - caraterização

Educação para a Saúde ... e tantas outras que ajudam à identificação da escola no presente – mas seria exaustivo pormenorizar...

³ Bolívar, António (2003): *Como melhorar as Escolas. Estratégias e dinâmicas de melhoria das práticas educativas*. Edições ASA. Porto.

O facto de sermos escola TEIP, por si, já é semiótico quanto ao tipo de escola e quanto ao meio onde nos inserimos. Querendo a sigla dizer *Território Educativo de Intervenção Prioritária*, é o mesmo que nos localizarmos, de imediato, num ambiente e num meio carenciado.

Localizando-se na zona norte do concelho, numa zona periférica em termos geográficos, a designação “escola periférica” é a melhor designação e caracterização, tendo em conta a sua realidade. Com efeito, a periferização respeita outros níveis para além do geográfico: social e escolar.

O primeiro, periferização social, porque efetivamente estamos num meio pobre do ponto de vista económico e social. Como reflexo desta realidade, o facto de⁴:

- 45 % dos alunos terem ASE;
- 10% serem alunos tutelados (CPCJ, Tribunal de Menores, Instituições de Acolhimento);
- 8% de alunos terem Necessidades Educativas Especiais;
- apenas 7% dos pais/encarregados de educação têm formação superior;
- 70% com formação igual ou abaixo do 9º Ano de escolaridade, sendo que destes uma percentagem considerável se situa no ou abaixo do 6º ano;
- 58% dos alunos, à entrada na escola, com repetências no seu trajeto escolar, chegando aos 60% no 3º ciclo;
- 54% dos alunos são do género masculino, quando a média nacional é de 46% e sabe-se que o género feminino tem melhores resultados escolares;

A par, temos tido alunos provenientes de diversas instituições de acolhimento, acontecendo que na área de influência geográfica da escola se situam 3.

O segundo, periferização escolar, em parte resultante do exposto anteriormente, leva-nos para questões como oferta educativa, proveniência e tipos de alunos que procuram a escola.

Nos últimos anos, fruto da evolução educativa no concelho e das políticas adotadas, bem como das necessidades educativas da comunidade, a escola viu-se na obrigação de trabalhar com ofertas “formativas alternativas”. Assim, justificou-se o funcionamento de turmas PIEF, PCA, CEF, Vocacional e um aumento dos alunos dos Cursos Profissionais. Com esta oferta formativa, a escola tem funcionado como “alternativa” a muitos alunos que, não sendo da área geográfica, procuram uma solução escolar que só a Escola Secundária Com 3º Ciclo D. Dinis tem oferecido.

⁴ Dados referentes ao ano letivo 2016-2017.

Deste contexto e dentro da linha da caracterização e enquadramento, deparamo-nos também com:

- dependência exclusiva da EB 2,3 Rainha Santa, quer para a abertura de turmas do ensino regular do 3º ciclo, só funcionando turmas deste nível de ensino se forem “cedidos” alunos, o que, face à acentuada redução do número de alunos, se agravou porque também aquela escola se debate com a falta de alunos;
- deficiente rede de transportes públicos;
- “guetização” da escola se comparada com o universo restante das escolas da cidade/concelho e onde encontramos escolas com história (centenárias e com percursos de sucesso) e de centro de cidade, com grande poder de atração;
- Pais/Encarregados de Educação pouco participativos e pouco interventivos,
- estigma da escola desde a sua fundação, 1986.

De salientar que, de acordo com os objetivos do Ministério e do país, em concreto no que respeita à distribuição dos alunos pelas duas grandes modalidades de ensino - Científico-Humanísticos e Ensino Profissional -, os quais são de frequência de 50% para cada uma das vias, a nossa escola atingiu, nos últimos 3 anos, esse objetivo.

Como nota positiva a registar, no ano letivo 2016-17, a escola teve um aumento de alunos e de turmas. No ano letivo 2017-18, chegámos aos 700 alunos e às 29 turmas.

Este trajeto de crescimento, o qual não pode ser explicado pelo ocasional e fortuito, é o fruto de características marcantes e consistentes que construíram uma imagem diferente da escola, é o resultado do trabalho sério, criterioso e qualificado.

4.3. Os alunos

Os serviços que a Escola presta são essencialmente de ensino, de acordo com os níveis e cursos devidamente aprovados. Contudo, este não se desvincula – antes se integra, num plano global de formação dos alunos. Assim, são os alunos a quem a Escola oferece formação com vista à sua integração quer na vida em geral, quer no mercado de trabalho, quer num prosseguimento de estudos, universitário ou não.

Tendo em conta que serve dois ciclos distintos de ensino, o perfil do aluno é, também diferenciado:

- No Ensino Básico, encontramos maioritariamente alunos que manifestam resistência à aprendizagem, ainda que uma grande parte manifeste gostar da Escola como espaço de convívio interpares. No total das turmas “alternativas”, podemos isolar um reduzido número de alunos que apresenta um saber, saber-ser, saber-estar

e saber-fazer adequados ao seu nível etário e de ensino. As causas desta situação serão diversas e algumas mesmo fora do âmbito de ação da Escola. Passam por questões socioeconómicas e culturais, por questões de motivação intrínseca e extrínseca, por questões que se prendem com problemas de saúde com consequências na aprendizagem. Passa também, decerto, por uma resposta ainda não adequada tanto do sistema de ensino como da própria escola a questões que se prendem com alguma inadaptação ao novo mosaico discente. No que respeita às turmas do 3º ciclo do ensino regular, o retrato dos alunos melhora ligeiramente, ainda que se verifiquem casos isolados, identificados e devidamente acompanhados de alunos que manifestam comportamentos desadequados e/ou vivam situações problemáticas.

- Efetivamente, não há desafios sem exigências. É um desafio apostar no ensino e na aprendizagem com alunos maioritariamente em regime de “obrigatoriedade”, que resistem ao ensino, que resistem à aprendizagem, que resistem às regras, e que resistem a si próprios. Exige da parte de todos os educadores – professores, pessoal não-docente, técnicos, pais e encarregados de educação uma criatividade capaz de desgastar estas resistências e de criar espaços de aprendizagem dentro de cada um. Investir-se com paciência, mas com autoridade, apostar-se no conhecimento sem descurar a interação com os saberes de cada um, ser próximo sem deixar de marcar as barreiras necessárias à diferenciação de papéis, são algumas das nossas exigências permanentes.

No final do ciclo, na generalidade, os alunos continuam o seu trajeto «naturalmente» para o Ensino Secundário atual, tenham ou não interesse específico nisso. Para os que ficam por aí, é importante que a Escola tenha sido o espaço capaz de os ter ajudado a, pelo menos, serem cidadãos autónomos, conscientes e interventivos, capazes de se adaptarem à mudança.

- No Ensino Secundário, o perfil dos alunos é globalmente mais adequado, podendo isolar-se uma bolsa de comportamentos de resistência à aprendizagem, filtrada naturalmente durante os três anos que compõem este ciclo de estudos. Muitos dos nossos alunos não apresentam, à partida, objetivos de prosseguimento de estudos a um nível superior ou, pelo menos, os que têm metas a atingir, não sonham com vidas reais impossíveis. Temos tido, contudo, um leque de alunos excecionais que, atingindo, com maior ou menor esforço, os objetivos a que se propuseram, são pessoas de sucesso, porque se sentem bem “na sua pele”, porque ajudam a construir a vida da e na Escola, porque se sentem amados e respeitados e sabem partilhar este prazer.

Neste quadro, há espaço, entre os 30 e os 40% dos alunos do ensino secundário, para alunos com trajetos escolares regulares: aproveitamento e desempenho razoável, educados e comportados, motivados e participativos e que acabam por ser mobilizadores dos outros alunos para as atividades, quer curriculares quer de enriquecimento curricular

De referir ainda que os nossos alunos dos Cursos Profissionais têm recebido rasgados elogios nas entidades e empresas onde têm estagiado. Há anos letivos em que não conseguimos satisfazer as empresas que nos solicitam estagiários.

O tipo de “clientes” faz-nos repensar e atualizar frequentemente a operacionalização dos objetivos do Ensino Secundário e a organização curricular e gestão pedagógica dos ciclos anteriores.

É neste sentido que, se, por um lado, não se pode ignorar a importância que tem a colocação da escola no ranking nacional, sobretudo no que respeita à imagem pública desta instituição e suas consequências na procura, por outro, esta classificação, desenquadrada da realidade local, de uma análise sócioeconómica e cultural dos alunos, nada diz do que se é, faz e quer nesta comunidade educativa e formativa. Aqui, o Ensino Secundário não pode ser encarado como obrigatoriamente e unidirecionalmente pré-universitário. No final deste ciclo de ensino, os destinos dos alunos são vários, sendo que um número razoável tenta fixar-se na zona ou na cidade, procurando iniciar-se na vida ativa. Assim, rigor e qualidade de ensino não podem ser apenas sinónimos de aquisição/reprodução de saberes meramente cognitivos, com um nível de exigência que se table pelas médias anuais de entrada nos cursos universitários. Este terá de atender aos objetivos e projetos de vida dos alunos, não descurando, portanto, uma formação holística, um desenvolvimento de arquicompetências (de comunicação, de cidadania, estratégicas) e de competências específicas, direcionadas para o eventual prosseguimento de estudos – para uns, e para a inserção na vida ativa – para outros. É, neste sentido, que se tem implementado a abertura de cursos profissionais.

4.4. Pessoal Docente e Não Docente

Caraterizam estes dois grupos profissionais o elevado sentido de missão e sentido de serviço público. Em traços gerais, são: dedicados, disponíveis, atentos, participativos, qualificados, competentes e experientes. São eles que construíram a escola e criaram o ambiente que a caracteriza: familiar e humanizada. Ambos os grupos

profissionais revelam sensibilidade para, por um lado, saberem lidar com os alunos nos problemas com que nos confrontamos no dia a dia e, por outro, estarem sempre abertos a novos projetos, revelando atitude psicológica e profissional, bem como capacidade autocrítica para procurar fazer mais e melhor.

5. Pontos fracos da escola

5.1. Constrangimentos específicos da escola

Abordar-se a questão dos problemas/constrangimentos específicos da escola pressupõe que tenhamos em mente que eles são a consequência e os efeitos das causas apontadas (meio social, tipo de alunos, tipo de cursos, etc.)⁵. Por outro lado, consideramos constrangimentos também aqueles que foram considerados os pontos fracos no âmbito das avaliações da escola, a interna e a externa ⁶.

5.1.1. Decorrente dos problemas anteriores e levantados na caracterização:

- sucesso/resultados escolares, se vistos apenas na perspetiva dos resultados escolares em exames nacionais, como o faz a IGE ou publicita a comunicação social através dos rankings;
- concentração em número elevado de alunos com trajetos escolares irregulares e merecedores de respostas educativas diferentes;
- comportamentos (des)assertivos e incivilidades e um ou outro foco de indisciplina;
- constrangimentos vários, resultante do número de alunos, na constituição de turmas, no funcionamento de disciplinas e cursos, na elaboração de horários, de distribuição de níveis de docência;
- atividades de enriquecimentos curricular – diminuição do número de participantes e de projetos da escola;
- oferta formativa diversificada e com incidência em “modalidades de ensino alternativas” que, respondendo às necessidades dos alunos e da comunidade, desgastam os docentes devido aos perfis dos seus frequentadores e aos níveis de ensino acumulados pelos professores.

5.1.2. Pontos fracos identificados pelas avaliações interna e externa.

5.1.2.1. Avaliação Externa:

⁵ Como disse Joaquim Azevedo, in *Correio da Educação*, nº 278, de 11 de Dezembro de 2006, p.3, “... a escola não anula o “berço”. Ou seja, explica, “o capital cultural das famílias de origem é muito marcado nos percursos escolares e itinerários profissionais”. Assim, os fenómenos de mobilidade social são pouco frequentes e fruto de “muito mérito pessoal dos jovens ou do endividamento das famílias”.

⁶Entre 7 e 8 de março de 2012, tivemos avaliação externa. A Lei n.º 31/2002, de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011 e o segundo ciclo em 2015-16. A escola foi alvo de duas avaliações externas, em cada um dos ciclos.

- Resultados das provas externas no ensino secundário, que, por norma, ficam aquém das médias nacionais;
- Especificação das metas quanto aos resultados académicos a atingir, para que estas tenham um efeito regulador no processo de ensino-aprendizagem;
- Alargamento dos mecanismos de supervisão direta da prática letiva, com impacto na reflexão sobre as questões pedagógicas e na resolução das dificuldades;
- Aferição dos critérios e dos instrumentos de avaliação, no sentido de aproximar a média da classificação interna final e a obtida nos respetivos exames nacionais em algumas disciplinas;
- Organização de planos de melhoria nas áreas consideradas deficitárias na autoavaliação, visando a melhoria do serviço prestado pela Escola.

5.1.2.2. Avaliação Interna:

- Comportamento de alguns alunos
- A atitude negativa de muitos alunos face à escola
- Algumas condições físicas da escola: estado dos telheiros...
- A divulgação de informação e documentos como *Projeto Educativo* e *Regulamento Interno*.

5.2. Análise SWOT

Em jeito de síntese:

Pontos Fortes	Pontos Fracos
Origem Interna à escola	
Motivação e disponibilidade dos docentes para aceitar novos desafios.	Falta de assiduidade dos alunos dos Cursos Profissionais e dos percursos alternativos do Ensino Básico.
Estabilidade do corpo docente.	Resultados na avaliação Externa nas disciplinas da formação específica de Ciências e Tecnologias.
Profissionalismo do pessoal docente e não docente - responsabilidade, assiduidade, cooperação.	Taxa de participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar.
Bom clima de escola.	Alguns focos de resistência à mudança no corpo docente.
Respostas educativas diversificadas de acordo com o perfil dos alunos.	
Redução significativa da indisciplina.	

Oportunidades	Ameaças/Constrangimentos
Origem Externa à escola	
A escola integrar o Programa TEIP.	Alunos oriundos de meio sociocultural muito desfavorecido.
Reforço de parcerias com instituições/empresas locais.	Alunos provenientes de várias escolas, com percursos formativos muito irregulares e que não têm "vaga" em outras escolas.
Cenário de crescimento.	Pais e Encarregados de Educação com baixas expetativas face à escola e à escolaridade.
	Grande heterogeneidade de níveis atribuídos aos docentes.
	Número significativo de alunos institucionalizados.

6. Potencialidades – pontos fortes da escola

Convém referir algumas potencialidades da escola que é necessário potenciar para a resolução dos problemas detetados. Na ausência de outros atrativos (zonas habitacionais, comerciais, lúdicas, transportes, espaço psicossocial), são as potencialidades internas as mais-valias da escola e que foram reconhecidas nas diversas avaliações.

6.1. Recursos Humanos

- Pessoal docente - estável, experiente, dedicado e recetivo à mudança
- Pessoal Não Docente – estável e dedicado

6.2. Recursos científico-pedagógicos

- Dinamismo das atividades de enriquecimento curricular
- Desenvolvimento de Projetos
- Saberes docentes ao serviço e dispor dos alunos

6.3. Recursos físicos

- Salas de aula razoavelmente equipadas;
- Laboratórios adequadamente equipados;
- Meios audiovisuais modernos e em número suficiente;
- Salas de estudo cobrindo o horário de funcionamento da escola;
- Pavilhão e instalações ao serviço da comunidade;
- Espaços abertos, jardinados e cuidado.

PARTE II

7. Os objetivos, as estratégias e a operacionalização

Como em todas as organizações, a Escola Secundária Com 3º Ciclo D. Dinis está longe de ser uma organização perfeita. Existem naturalmente problemas, os quais foram identificados e sobre os quais é necessário e imperioso tomar medidas/soluções a fim de encontrarmos a qualidade educativa e a melhoria da escola. No entanto, há consciência que existem constrangimentos da realidade socioeconómica, fatores exógenos, que fogem ao poder de intervenção e atuação da escola.

Os objetivos para o quadriénio são identificados por eixos de atuação:

- Resultados escolares e ambiente de aprendizagem;
- Organização escolar;
- Serviço educativo;
- Recursos financeiros e materiais.

7.1.Eixo 1- Resultados escolares e ambiente de aprendizagem

7.1.1. Resultados globais da escola

Face ao histórico de resultados escolares, os quais foram obtidos numa determinada realidade escolar, e tendo-se em conta as alterações que se preveem a esta realidade, os objetivos previstos para os resultados escolares, em termos globais, apontam essencialmente para uma aproximação à média nacional.

Indicadores para o quadriénio	2017-18	2018-19	2019-20	2020-21
Aumento das taxas de sucesso global da escola para	80%.-82%	83%-84%	84%-85%	86%-88%
Diminuir a Taxa de interrupção precoce do percurso escolar (TIPPE) ⁷	8.78%-5%	7%	6%	5%
Aumento da presença de pais/EE nas reuniões ⁸	52%-54%	54%-56%	56%-58%	58%-60%
Diminuir o número de ocorrências disciplinares por aluno em 10% em cada ano face ao históricoMédia de partida: 0,63 medidas por aluno	429	386	347	312

⁷ Conceito que substituiu, no âmbito do TEIP, o tradicional abandono escolar. Este conceito abrange os alunos que mesmo fora da escolaridade obrigatória se encontram matriculados num ciclo escolar e que não o terminam. Se em termos de abandono, os números eram muito bons, com 0% no ensino básico e 3% no secundário, este novo indicador penaliza a escola. O número leva em conta a média dos últimos 4 anos onde o facto de termos tido no ensino básico CV, CEFs, PCA e PIEF e Profissionais com alunos oriundos daquele tipo de formação no básico faz com que muitos destes alunos ao fazerem 18 anos abandonam a escola e o curso que iniciaram.

⁸ O número respeita o momento em que os pais vêm à escola em maior número: momentos de entrega das avaliações do 1º e 2º períodos.

7.1.2.Resultados escolares por ano de escolaridade⁹

3º Ciclo	7º ano	86% - 88%
	8º ano	86% - 88%
	9º ano	83% - 85%
	Total	85% - 88%
Secundário	10º	84% - 87%
	11º	86% - 90%
	12º	71% - 74%
	Total	82% - 86%
	Profissional	77% - 88%
Global da Escola		86% - 88%

7.2. Eixo 2 - Organização escolar

- Melhorar a cultura organizativa de gestão pedagógica;
- Aperfeiçoar a cultura organizativa de coordenação;
- Reforçar o papel das lideranças intermédias;
- Melhorar a Cultura organizativa de gestão administrativa, social e cultural;
- Formar recursos humanos qualificados para responder às necessidades sociais em matéria de qualidade de ensino, comunicação, cooperatividade e gestão.

7.3. Eixo - Serviço educativo:

- Apoiar a educação artística, cultural e desportiva;
- Incentivar à criação de Projetos de enriquecimento curricular e de solidariedade social;
- Reforçar a ação do programa PESES (educar para a saúde),
- Criar mecanismos de reforço da participação dos Pais;
- Consolidar a cultura da escola;
- Reforçar a importância dos documentos norteadores da vida da escola;

7.4.Eixo 4 -Recursos financeiros e materiais:

- Incentivar ao conhecimento e participação na elaboração dos documentos.
- Melhorar as condições físicas da escola (em termos de conforto, segurança, estética e saúde);
- Manter cuidados os espaços verdes;
- Atualizar o equipamento do Pavilhão;
- Aumentar o número de utentes da cantina;
- Manter o horário ininterrupto da biblioteca;
- Apetrechar continuamente a biblioteca.

⁹Valor a atingir no final do quadriénio. A base de dados de referência é a MISI. Nos casos dos 7º, 8º e 9º anos, por não termos tido nos últimos 4 anos turmas do ensino regular, com exceção de 2016-17 com uma do 7º ano, tornou-se difícil encontrar uma média histórica pelo que a referência foi a média nacional e o histórico da escola em relação a essa média onde um dos grande objetivos é aproximarmo-nos da média nacional em todos os níveis de ensino.

8.Operacionalização/estratégias – ver quadros seguintes

Eixo Estratégico	Áreas de intervenção	Estratégias/Ações a desenvolver	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano
Projeto Educativo 2017-2021	Resultados escolares internos e externos	-Criação anual, com base na análise dos resultados internos e externos, de um plano de ação de apoio aos alunos e de melhoria do sucesso;	X	X	X	X
		-Análise detalhada dos resultados obtidos no final do período e final do ano;	X	X	X	X
		-Análise, comparação e adoção de medidas de aproximação entre a avaliação interna e externa (nacional e por contexto);	X	X	X	X
		-(Re) definição de estratégias e planos de ação;	X	X	X	X
		-Manutenção e reforço da implementação de projetos de potenciação das capacidades dos alunos e reforço das aprendizagens: Salas de Estudo, Apoios, etc.;	X	X	X	X
		-Equipa pedagógica multidisciplinar	X	X	X	X
		-Diferenciação pedagógica	X	X	X	X
		-Parceria/assessorias	X	X	X	X
		-Trabalho autónomo como estratégia	X	X	X	X
		-Grupos de mobilidade temporária	X	X	X	X
		-Escolha criteriosa dos DT's;	X	X	X	X
		-Cultura de exigência;	X	X	X	X
		-Reavaliação dos percursos escolares pelos SPO dos alunos com dificuldades;	X	X	X	X
		-Valorização do PTT e dos objetivos definidos para cada disciplina;	X	X	X	X
		-Articulação entre os objetivos do PTT, os objetivos TEIP e Portugal 2020 e os resultados escolares.	X	X	X	X
Eixo 1 - Resultados escolares e ambiente de aprendizagem	Disciplina	-Conhecimento mais profundo do estatuto disciplinar do aluno;	X	X	X	X
		-Reforço e valorização das estruturas existentes (gabinete do aluno);	X	X	X	X
		-Canalizar mais horas da componente não letiva para a componente pedagógica;	X	X	X	X
		-Reforço das horas de parceira/assessoria em sala de aula;	X	X	X	X
		-Alargamento das tutorias;	X	X	X	X
		-Parcerias/assessorias	X	X	X	X
		-Cultura de exigência;	X	X	X	X
		-Reforço da utilização de medidas de integração ou de natureza cívica;	X	X	X	X
		-Instituição de formas de reconhecimento e valorização de atitudes adequadas	X	X	X	X
		-Reforço e valorização da autoridade do pessoal docente e do pessoal não docente e corresponsabilização de todos os agentes educativos, em particular dos pais e encarregados de educação;	X	X	X	X
		-Assunção global (professores, pais e encarregados de educação, pessoal não docente e alunos) da necessidade da disciplina e da ordem;	X	X	X	X
		-Promover formação adequada, na área dos valores cívicos e construção de uma cidadania participativa.	X	X	X	X
		-Atuação atempada e conjunta, por parte de todos os agentes educativos, nos comportamentos inadequados dos alunos na sala de aula	X	X	X	X

Abandono e assiduidade	-Adequação das ofertas educativas aos interesses dos alunos a partir da intervenção dos SPO;	X	X	X	X
	-Acompanhamento dos alunos em situação de risco, em colaboração com entidades externas, que permite a sua recuperação para as atividades escolares e o consequente controlo do abandono no 3.º ciclo e sua diminuição noutros ciclos/cursos ministrados;	X	X	X	X
	-Adequação do ensino às capacidades e ao ritmo de aprendizagem dos alunos, visível na diversificação da oferta formativa e nas medidas de apoio criadas;	X	X	X	X
Ambiente escolar	-Análise das taxas de abandono e, se necessário, implementação de planos de ação articulados (SPO, CPCJ, entre outros);	X	X	X	X
	-Acompanhamento tutorial	X	X	X	X
	-Diferenciação pedagógica	X	X	X	X
Atividades de complemento curricular	-Campanhas de valorização do papel da escola.	X	X	X	X
	-Cultura de escola através de momentos culturais, artísticos e desportivos e da celebração de datas históricas;	X	X	X	X
	-Incentivo à participação na vida da escola;	X	X	X	X
Documentos estruturantes da escola	-Apoio às iniciativas dos alunos e em particular da Associação de Estudantes;	X	X	X	X
	-Criação de material de divulgação e identificação da escola;	X	X	X	X
	-Promoção de atividades e projetos abertas à participação da comunidade.	X	X	X	X
Projeto Educativo	-Diversificação da atividades de enriquecimento curricular;	X	X	X	X
	-Incentivo à inovação e à apresentação de novos projetos, em particular os vocacionados para o enriquecimento curricular e formativo do aluno;	X	X	X	X
	-Incentivo à inscrição em atividades de enriquecimento curricular;	X	X	X	X
Projeto Educativo	-Campanhas de participação no Desporto Escolar;	X	X	X	X
	-Motivação permanente ao envolvimento dos alunos NEE e em particular da Unidade Estruturada de Autismo na vida e atividades da escola.	X	X	X	X
	-Elaboração dos documentos norteadores da vida da escola de forma simples, clara e prática;	X	X	X	X
Projeto Educativo	-Participação de todos os membros da comunidade escolar na elaboração dos documentos;	X	X	X	X
	-Valorização dos documentos: P. Educativo, Regulamento Interno, P. Curricular e Plano de Atividades;	X	X	X	X
	-Divulgação e análise do RI e normas de comportamento junto dos alunos e demais elementos da comunidade educativa;	X	X	X	X
Projeto Educativo	-Apresentação atempada, a partir do cumprimento de prazos, na apresentação dos documentos.	X	X	X	X
	-Divulgação e assunção por toda a comunidade dos princípios, das metas e dos objetivos;	X	X	X	X
	-O Projeto Educativo, com metas e objetivos definidos de forma clara, a assumir-se como o documento estruturante e por excelência da escola;	X	X	X	X
Projeto Educativo	-Participação da comunidade educativa na elaboração do documento.	X	X	X	X

Eixo 2 - Organização escolar	Autoavaliação interna	-Reconhecimento por todos da importância da avaliação interna; -Elaboração de planos de melhoria a partir das fragilidades/pontos fracos detetados; -Manutenção da independência da equipa que constitui a equipa da avaliação interna; -Convergência entre critérios e processos de recolha de dados da avaliação interna e da avaliação no Âmbito do Projeto TEIP e Contrato de Autonomia.	X	X	X	X
	TEIP e Contrato de Autonomia	-Valorização dos Projetos através dum maior comprometimento de toda a comunidade educativa; -Consciencialização da responsabilidade dos contratos assumidos; -Rentabilização dos recursos colocados à disposição a escola; -Discriminação positiva da escola em termos TEIP;	X	X	X	X
	Formação	-Formação adequada às necessidades e aos novos desafios quer dos docentes quer do pessoal não docente; -Formação contínua e permanente como forma de atualização conducente à procura das melhores respostas e melhores práticas pedagógicas e, inevitavelmente, melhores resultados; -Aumento da formação de curta duração de e na escola.	X	X	X	X
	Estruturas representativas dos alunos	-Continuação dos incentivos aos alunos no sentido de terem um papel ativo na Escola, traduzido no envolvimento em várias atividades e projetos da sua responsabilidade; -Participação nos órgãos e atividades da escola; -Autonomia e responsabilização dos alunos a partir das estruturas a que pertencem; -Valorização do papel e da importância do delegado de turma; -Reuniões regulares da assembleia de delegados a fim de discutirem a escola; -Funcionamento das estruturas enquanto reguladores dos comportamentos;	X	X	X	X
	Boas práticas pedagógicas	-Liberdade e apoio às capacidades criativas e dinâmicas existentes na escola; -Aproveitamento do <i>know-how</i> dos docentes e doutros intervenientes; -Incentivo a alterações metodológicas e pedagógicas que visem melhorar os resultados e os comportamentos, sendo exemplo a <i>Turma Mais</i> ; -Reuniões periódicas de partilha de boas práticas; -Alargamento, dentro do possível legal, das parcerias/assessorias enquanto boa prática pedagógica; -Preferência da componente pedagógica no que respeita a gestão das horas da componente não letiva.	X	X	X	X
	Comunicações - meios digitais e plataformas eletrónicas	-Reforço dos processos de comunicação eletrónica; -Utilização dos modernos meios tecnológicos em prol da pedagogia; -Incentivo à rentabilização das plataformas de cariz pedagógico existentes, como é o caso do Moodle; -Criação de plataformas que possam substituir a burocracia e o papel;	X	X	X	X
			X	X	X	X

Eixo 3 - Serviço Educativo	Supervisão pedagógica	-Reconhecimento da supervisão pedagógica como boa prática; -Incentivo à aceitação da supervisão pedagógica; -Reforço da confiança e aceitação da opinião e crítica amiga enquanto processo de melhoria de processos pedagógicos.	X X X	X X X	X X X	X X X
	Articulação curricular	-Valorização da articulação curricular vertical, entre anos de escolaridade, quer intra quer transdisciplinar, e horizontal, mais de cariz transdisciplinar; -Reconhecimento da articulação curricular na sua vertente intra e transdisciplinar como bom exemplo do trabalho colaborativo.	X X	X X	X X	X X
	Trabalho colaborativo	-Incentivo à assunção de um sentir coletivo em relação à escola e, consequentemente, aos problemas que, pontualmente, possam ser individuais; -Reforço do espírito de entreajuda existente; -Reconhecimento do trabalho colaborativo enquanto mola geradora de boas práticas pedagógicas; -Responsabilização das lideranças intermédias na articulação do trabalho dos docentes; -Aumento das horas da componente não letiva para parceria/assessorias.	X X X X X	X X X X X	X X X X X	X X X X X
	Acompanha- mentodosPais / Encarregados de Educação	-Reconhecimento incontornável e indiscutível da importância do acompanhamento dos pais e encarregados de educação da vida escolar dos alunos; -Responsabilização dos pais e encarregados de educação quer no que diz respeito à assiduidade quer no que respeita os comportamentos e os resultados escolares; -Abertura da escola à presença dos pais e encarregados de educação; -Reforço, nas diversas estruturas onde os pais e encarregados de educação têm assento, do clima de aceitação, partilha e construção; -Diálogo permanente entre a escola, pelo diretor de turma, direção e demais agentes educativos, e os pais e encarregados de educação; -Incentivo à presença e participação dos pais e encarregados de educação nas atividades da escola.	X X X X X X	X X X X X X	X 	X X X X X X
	Democrati- dade nas tomadas de decisões	-Lideranças intermédias motivadas e mobilizadoras dos recursos internos e externos da Escola, com vista à execução do projeto educativo e demais compromissos pedagógicos assumidos pela escola; -Participação de todos os membros da comunidade escolar nas tomadas de decisão; -Eleição dos representantes das estruturas onde a legislação o permitir; -Audição de todos (docentes e pessoal não docente) nas tomadas de decisões que se afigurem mais importantes e/ou impliquem o contributo de todos para a prossecução dos objetivos pretendidos.	X X X X	X X X X	X X X X	X X X X

	Parcerias externas/Trabalho em rede	-Reforçar as parcerias com as instituições e as entidades da comunidade; -Trabalho em rede – parcerias exteriores à escola (mundo científico, mundo empresarial, coletividades desportivas e culturais e outras instituições/entidades como o poder local) a fim de podermos estabelecer protocolos que permitam a Colocação dos nossos alunos-estagiários e incutirmos dinâmicas pedagógicas atrativas e inovadoras; -Aumento das horas dos técnicos superiores (terapeutas) de entidades externas que colaboram no desenvolvimento dos alunos com Necessidade Educativas Especiais.	X	X	X	X
	Projetos	-Valorização das metodologias ativas e experimentais no ensino das ciências, com atividades frequentes em sala de aula e participação em projetos e concursos relacionados com esta área; -Apoio à nossa escola para as áreas em que a sociedade se vira para nós na procura de soluções educativas e formativas: educação para a saúde, para a educação sexual, para o ambiente, para a segurança, para os valores, para o consumismo, etc.; -Colaboração com instituições, entidades cujos projetos possam trazer mais conhecimento e dinâmicas para a escola.	X	X	X	X
Eixo 4 - Financeiros e materiais	Diversificação das candidaturas a projetos	-Diversificação da oferta da escola; -Adoção de novas dinâmicas e mais atraentes para os alunos; -Modernização do equipamento das salas de aula por via dessas candidaturas, como é exemplo a sala de aula do futuro.	X	X	X	X
	Recuperação/ Manutenção das infraestruturas da escola:	-Exposição superior da necessidade de obras de beneficiação; -Estabelecer dinâmicas de envolvimento da comunidade e das suas instituições, em particular do poder local, que auxiliem a escola na manutenção dos espaços e das instalações; -Continuação do trabalho de recuperação dos espaços, com as receitas próprias da escola, acabando-se a pintura dos blocos A, D, E e F; -Necessidade de implementação de medidas de segurança na rua de acesso à escola (lombas ou bandas e reforço da sinalética de trânsito); -Substituição dos cacifos danificados, ou pelo OE ou pela Compensação em Receita; -Recuperação dos WC do bloco F.	X	X	X	X
	Aumento das receitas próprias;	-Rentabilização dos espaços da escola visando-se a angariação de recursos financeiros que permitam respostas mais atempadas às urgências de reparação de equipamentos e investimentos considerados prioritários em cada momento. É o caso do Pavilhão, das salas de informática e do auditório;	X	X	X	X
			X	X	X	X

9.OPÇÕES ESTRUTURANTES¹⁰

9.1.Ensino Básico

9.1.1.Terceiro Ciclo Regular

Opções genéricas:

-Nas disciplinas com carga horária superior a 2 horas semanais, 2 dos tempos letivos devem ocorrer em horas consecutivas.

-Se a carga horária semanal for inferior ou igual a 2 tempos, estes devem ser repartidos em 2 dias por semana.

-Não devem ser distribuídos, preferencialmente, em dias consecutivos.

Opções das Línguas Estrangeiras I e II:

-Tendo-se em conta que, no 8.º e 9.º ano, as LE dispõem de 5 tempos semanais;

-Tendo-se em conta a importância do desenvolvimento de competências no domínio das línguas estrangeiras;

-Tendo-se em conta a importância crescente que assume o domínio de várias línguas estrangeiras, nomeadamente a língua inglesa no espaço europeu, tendo a escola abraçado projetos europeus, participando em três;

-Tendo-se em conta que os alunos que iniciam o 7.º ano frequentam o inglês desde o 2.º ciclo;

-Tendo-se em conta que os alunos, chegados ao 10.º, podem optar por qualquer uma das línguas estudadas até ao 9.º ano (acontecendo que em ambos os casos, o programa de 10.º ano de continuação não distingue os anos de aprendizagem anteriores);

Entende-se ser aconselhável, para uma boa formação dos alunos, manter o equilíbrio na distribuição dos tempos letivos dedicados à LE ao longo do ciclo.

-A LE II, por se tratar de uma disciplina de iniciação, deverá ter o reforço no 8º ano.

Opções na Área das Ciências Humanas e Sociais – 9.º ano

-Os tempos letivos das disciplinas de História e Geografia obedece ao princípio do equilíbrio da carga horária no 7.º e 8.º ano.

Opções na Área de Ciências Físicas e Naturais

-Nas disciplinas de Físico-Química e Ciências Naturais também se respeitou o equilíbrio da carga horária, com exceção do 7.º onde, devido ao número de horas, se decidiu atribuir mais um tempo a CN.

-Havendo condições legais, conforme despacho de organização do ano letivo, em 18-19, Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho, será feito o desdobramento da turma em 100 minutos por semana, 50 minutos por disciplina, nas turmas com mais de 20 alunos.

Opções para as disciplinas TIC/Oferta da escola/Oferta Complementar

-Funcionarão em regime de desdobramento da turma com as disciplinas de TIC e de Dança, nos 7.º e 8.º.

¹⁰ Ponto inserido no Projeto Educativo, em 7 de fevereiro de 2020, em reunião do Conselho Geral, conforme recomendações da IGE, após ação inspetiva realizada entre 14 e 18 de novembro de 2019.

9.1.2. PIEF

As estruturas curriculares desta opção formativa procurou responder ao perfil dos alunos e permitir uma alternativa que viabiliza o sucesso escolar e, se possível, voltem a ganhar o gosto pela escola e pelas aprendizagens. Recorda-se, no caso do PIEF, que estamos perante alunos que “já estão em situação marginal e de exclusão e que é necessário reinventar a escola e o ensino”¹¹.

Em relação ao PIEF, ainda, “Assumindo-se como um Programa que recorre a estratégias de ensino baseadas na “adaptação do currículo, mantendo as competências essenciais a adquirir, [e] organizando os conteúdos em torno de problemas ou temáticas mais próximas dos alunos e seus contextos”, procurou-se adaptar o currículo.

Atendendo ao perfil, há uma aposta nas componentes de desenvolvimento pessoal e social.

9.1.3. PIP – 8.º e PCA - 9.º

Parece-nos necessário reconquistar estes alunos para a escola, pois precisam de reconquistar o gosto de aprender e fundamentalmente reconquistarem a autoestima e a crença nas suas capacidades.

Ambos os planos surgem como resposta a um grupo de alunos do ensino básico os quais revelaram:

- dificuldades de aprendizagem;
- passado de insucesso escolar;
- risco de exclusão social;
- abandono escolar.

As “reconquistas” só poderão ser conseguidas se os alunos tiverem um acompanhamento mais personalizado, com maior espaço de vinculação aos saberes, aos educadores e à escola, a par da implementação de disciplinas mais práticas, que vão ao encontro das suas preferências e gostos. Desta forma, potenciar-se-á melhor os níveis de sucesso e compromisso com as aprendizagens, ao mesmo tempo que reconstruímos um futuro mais desejável para cada aluno.

A “devolução” da consciência de si a estes jovens, isto é, mais ajustados e confiantes, mais motivados para os saberes e para o seu próprio desenvolvimento, com projetos ajustados ao seu perfil, são objetivos que, perante o perfil destes, jovens só é possível com um Percurso Curricular Alternativo ou um PIP.

Ao estabelecermos um percurso escolar que pode ser flexibilizado e adequado às necessidades e exigências destes alunos, pretendemos:

- Integrar os alunos na comunidade escolar;
- Promover as aprendizagens;
- Diminuir o insucesso escolar;
- Motivar os alunos para que estes cumpram a escolaridade obrigatória;
- Responsabilizar os alunos para um projeto de vida;
- Diminuir a indisciplina;
- Combater a falta de assiduidade e o possível abandono escolar;
- Melhorar o envolvimento das famílias.

O desenho curricular da medida pedagógica apresentada tem por referência as matrizes curriculares-base e é uma possibilidade de desenvolver projetos multidisciplinares com incidência maior nas componentes artística e tecnológica. No entanto, o trabalho a efetuar nas restantes componentes deverão permitir a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências nos domínios científico, social e humano, a par do artístico, tecnológico, desportivo, bem como

¹¹As transcrições relativas ao PIEF, entre aspas, dizem respeito ao Relatório PIEF 2017-18.

competências transversais decorrentes do trabalho de pesquisa, de registo de informação, da produção de texto, da comunicação oral e escrita, da resolução de problemas, da localização espacial, da motricidade fina e outras, devidamente enquadradas nas exigências do mundo atual. Com esta proposta, procuramos também ir ao encontro do perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória e assegurar que as aprendizagens essenciais sejam adquiridas.

Opções curriculares têm em conta as Aprendizagens Essenciais e o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade.

1. A proposta de Restauro e Manutenção, ao abrigo da alínea c) do artigo 4.º da Portaria 181, procura dar um caráter tecnológico e prático, com o objetivo de colocar os alunos a “fazer coisas” em práticas de serralharia, carpintaria e eletricidade, havendo, simultaneamente, uma rentabilização dos recursos.

Nesta “disciplina”, pensamos que é possível que as aprendizagens essenciais da disciplina de Educação Visual, a qual não consta da nossa proposta curricular, possam ser trabalhadas e desenvolvidas.

2. A semestralidade proposta entre Restauro e Manutenção e TIC visa, entre outras razões, a utilização, em cada aula, de um computador por aluno e em Restauro e Manutenção se procura a segurança, pois nas áreas propostas, por vezes, as mesmas podem requerer o recurso a equipamento elétricos e cortantes. Estando o grupo de 18 alunos divididos, em grupos reduzidos tais objetivos são mais passíveis de ser alcançados.

3. Com as disciplinas de Dança, ao abrigo da alínea c) do artigo 4.º da Portaria 181, e Teatro, em oferta complementar, procuramos, entre outros objetivos, que o aluno evidencie aprendizagens significativas do conhecimento de si, do outro e do mundo, que desenvolva estratégias de comunicação, relações interpessoais, trabalho de equipa, resolução de problemas e tomadas de decisão e que desenvolva uma prática reflexiva tendente a romper com estereótipos culturais e preconceitos raciais, de género, entre outros.

Por outro lado, estas disciplinas encaixam-se no Perfil do Aluno em diversas dimensões, a começar pela “Sensibilidade estética e artística”, mas onde entram também “*Bem estar e ambiente*”, “*Consciência e domínio do corpo*”, “*Linguagem e textos*”, “*Pensamento crítico e pensamento criativo*”, “*Relacionamento interpessoal*” e “*Desenvolvimento pessoal e autonomia*”. Acresce, neste ponto, que o “investimento” na educação artística vai também ao encontro de decisões da escola nesta área. Para o ano que se inicia, a escola candidatou-se, tendo apresentado o projeto Cultural da Escola, ao Plano Nacional das Artes.

4. A proposta da Oficina de Trabalho de Projeto, ao abrigo da alínea c) do artigo 4.º da Portaria 181, pretende que os alunos desenvolvam competências de investigação, recolha e tratamento de dados, programação e planificação de projetos, discussão de ideias, elaboração de trabalhos, etc.

5. O reforço da “carga” letiva de TIC é o reconhecimento da importância da formação dos cidadãos do século XXI (mais uma vez o Perfil dos Alunos), onde o conhecimento desta área é essencial e primordial, indo, simultaneamente ao encontro dos gostos dos alunos e, dessa forma, cativar e motivá-los para a escola e para o conhecimento.

6. A interdisciplinaridade entre História e Geografia e Ciências Naturais e Físico-Química, em regime de desdobramento e tempos simultâneos, tem como objetivo a visão holística do conhecimento, fomentando-se a interdisciplinaridade.

7. O reforço das horas de Educação Física vai ao encontro de uma área de agrado dos alunos e se insere no fomento da prática desportiva, também contemplada no Perfil do Aluno (*“Bem Estar, Saúde e Ambiente”*).

8. Em jeito de síntese das nossas opções, temos a consciência que através da sensibilização para as artes, para a prática desportiva, para o domínio das tecnologias, sejam elas informáticas sejam elas de cariz técnica, e para o conhecimento, estaremos mais próximos de o aluno voltar a ganhar a autoestima e o gosto pela escola e, desta forma, para o seu desenvolvimento e evolução pessoal

9.2. Secundário

9.2.1. Ciências e Tecnologias

As grandes opções estruturantes localizam-se na **componente específica** e têm em conta os recursos humanos e físicos da escola e a importância das disciplinas no prosseguimento de estudos.

-Física e Química A e Biologia e Geologia, disciplinas de Ciências e Tecnologias, consideradas “nucleares” de todos os cursos superiores das áreas científicas;

-Geografia e MACS/Latim, disciplinas de Línguas e Humanidades, funcionando na segunda a opção disciplinar que tiver mais alunos matriculados.

9.4.2. Cursos Profissionais

As grandes opções da escola:

-realização do estágio no 2º e 3º anos dos cursos, trabalhando-se, em termos e competências sociais e pessoais os alunos no 1º ano;

-devido à necessidade de horas para estágio no 2º e 3º anos incidência maior da carga letiva no 1º ano.

9.3. Autonomia e Flexibilidade Curricular – Ensino Básico

1.Cidadania e Desenvolvimento – Um tempo letivo a atribuir, preferencialmente ao DT, onde poderão ser trabalhados temas que devem estar em sintonia com o Plano Anual de Atividades. O seu funcionamento será em organização anual.

2. Oferta Complementar – Oficina de Trabalho Projeto. Com a criação desta disciplina pretende-se que os alunos adquiram novos conhecimentos definidos no currículo, no âmbito das diversas disciplinas que frequentam, através da metodologia de trabalho de projeto, sempre que possível de carácter interdisciplinar.

3.Domínio de Autonomia Curricular (DAC) - Será desenvolvido em disciplinas, de acordo com as deliberações do conselho de turma, em 1 tempo semanal por disciplina, durante algumas semanas em cada período.

4.As disciplinas de **TIC e Complemento à Educação Artística** funcionarão em regime de desdobramento de forma a desenvolver de forma mais consistente as aprendizagens dos alunos na área das ciências sociais e humanas e artísticas.

5.Desdobramento de dois tempos entre a disciplina de **Ciências Físico Químicas e a disciplina de Ciências Naturais**.

6. Atribuição de 1 tempo semanal ao **DT** em comum com os alunos para tratar de assuntos relacionados com o funcionamento da própria turma - Orientação Escolar.

7. **Equipa Pedagógica** – Opção por docentes marcados pela motivação, interesse, disponibilidade para trabalhar na flexibilidade curricular e com passado trabalho colaborativo.

8. **Trabalho Colaborativo** – presente de diversas formas:

-Atribuição de 1 tempo semanal, comum a todos os docentes da equipa pedagógica, marcados no horário semanal, a sair da componente não letiva;

-Parcerias / assessorias em todas as disciplinas da turma, podendo ser da mesma ou de disciplinas diferentes.

-Permutas temporárias entre professores da mesma área ou domínio disciplinar.

9.4. Cidadania e Desenvolvimento

Uma vez que no ensino básico está definida como disciplina, no **ensino secundário**, funcionará nos termos da alínea c) do ponto 4 do artigo anteriormente transcrito: “A abordagem, no âmbito das diferentes disciplinas da matriz, dos temas e projetos, sob coordenação de um dos professores da turma ou grupo de alunos.”

30

10. Avaliação do Projeto Educativo

É imperativo ético e profissional ser objeto de um processo de avaliação que afira a prossecução das metas e dos resultados traçados.

A Avaliação, quer quantitativa quer qualitativa, far-se-á numa avaliação final, não deixando a escola de proceder a avaliações intermédias.

As avaliações intermédias são várias e elaboradas a partir de avaliações previstas em muitas áreas da vida da escola. Referem-se, a título de exemplo, a avaliação do *Plano Anual de Atividades da Escola*, a partir de relatórios periódico e final. A avaliação dos resultados escolares, feita trimestralmente e no final do ano letivo. Também o trabalho anual da equipa de Avaliação da Escola assume um papel importante na avaliação intermédia.

A Direção Executiva e a Equipa de Avaliação da Escola construirão instrumentos de avaliação qualitativa e quantitativa para a recolha de informação. Do tratamento dessa informação resultará, posteriormente, um relatório final a apresentar ao Conselho Geral, ao Conselho Pedagógico e aos restantes elementos do corpo docente e não docente e aos Encarregados de Educação.

Poderemos sintetizar:

-Tipos de Avaliação:

-**Qualitativa** (recolha da informação: atas, relatórios, retratos das turmas e entrevistas...) junto de dinamizadores e intervenientes nas ações ou atividades; grupos disciplinares; responsáveis pelos projetos; conselhos de Turma; conselho dos Diretores de Turma; grupos de reflexão; alunos.

-Quantitativa – Recolha de informações sobre número de ações/ atividades realizadas; número de intervenientes; número de participantes; estatísticas do sucesso escolar.

A **Avaliação Quantitativa** basear-se-á em resultados obtidos nos seguintes indicadores:

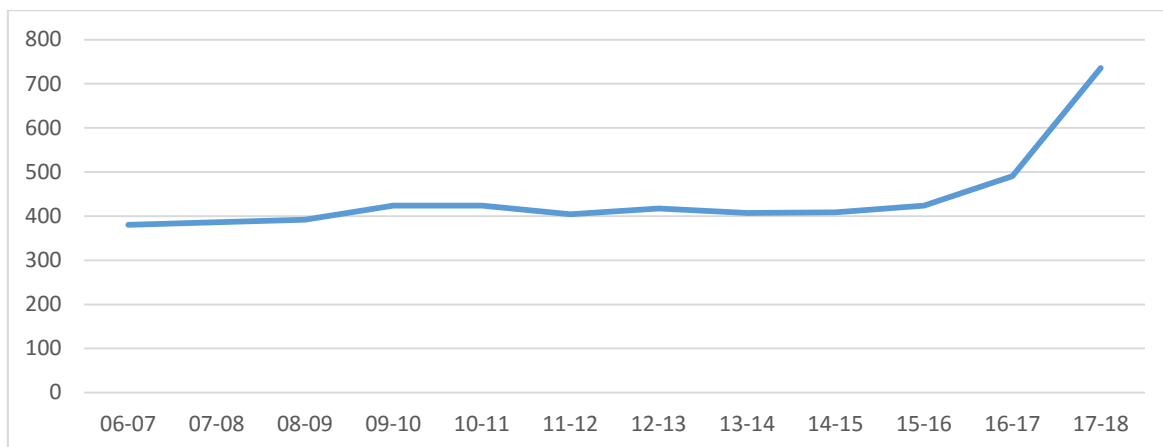
- Transição por ano de escolaridade;
- Abandono por ano de escolaridade;
- Assiduidade;
- Participação dos pais/encarregados de educação na vida da Escola;
- Participações de carácter disciplinar por ano de escolaridade;
- Frequência dos Apoios Pedagógicos

A **Avaliação Qualitativa** deverá ter o seu enfoque na análise e reflexão, quanto à eficácia, das estratégias adotadas relativamente à consecução dos objetivos previamente definidos. Nesta abordagem dever-se-á ter em linha de conta as limitações materiais, orçamentais e organizacionais.

PARTE III– ANEXOS¹²

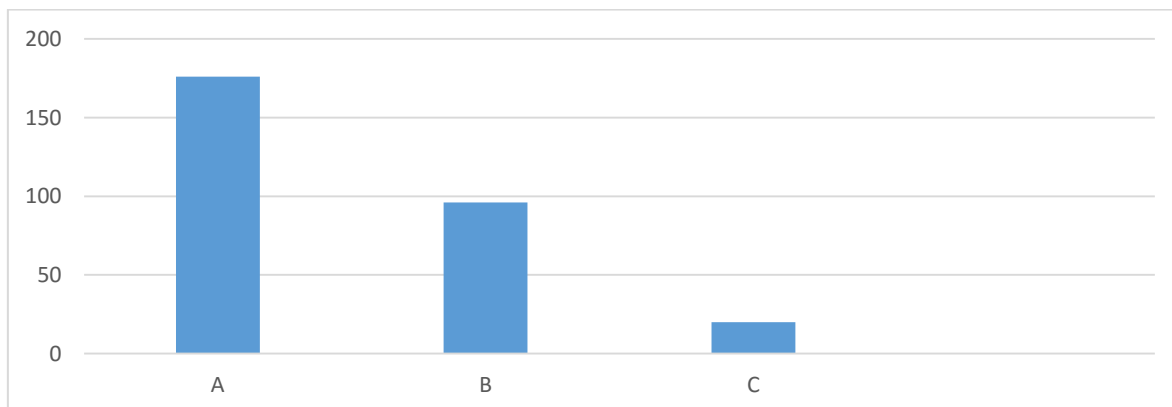
1. Alunos

1.1. Número de alunos



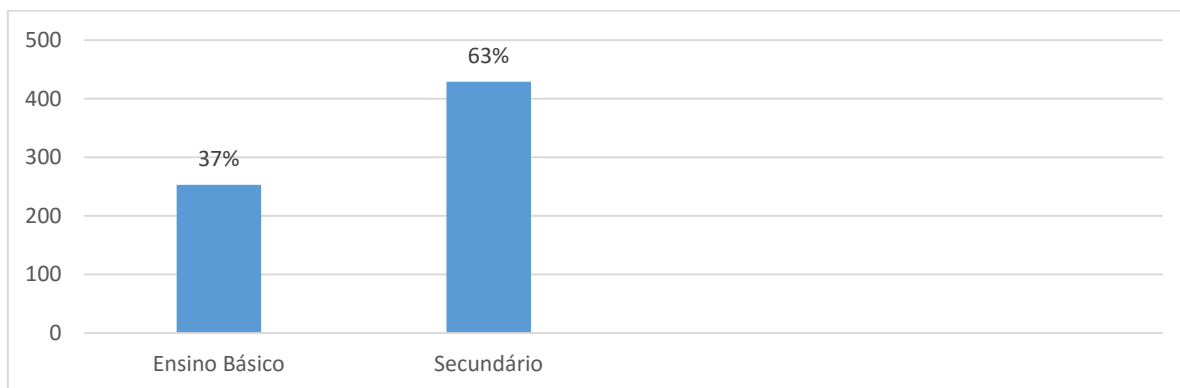
NOTA: Os números são os constantes da MISI, isto é, número de alunos que se matricularam ou cujos processos de matrículas passaram pela escola.

1.2. Ação Social Escolar



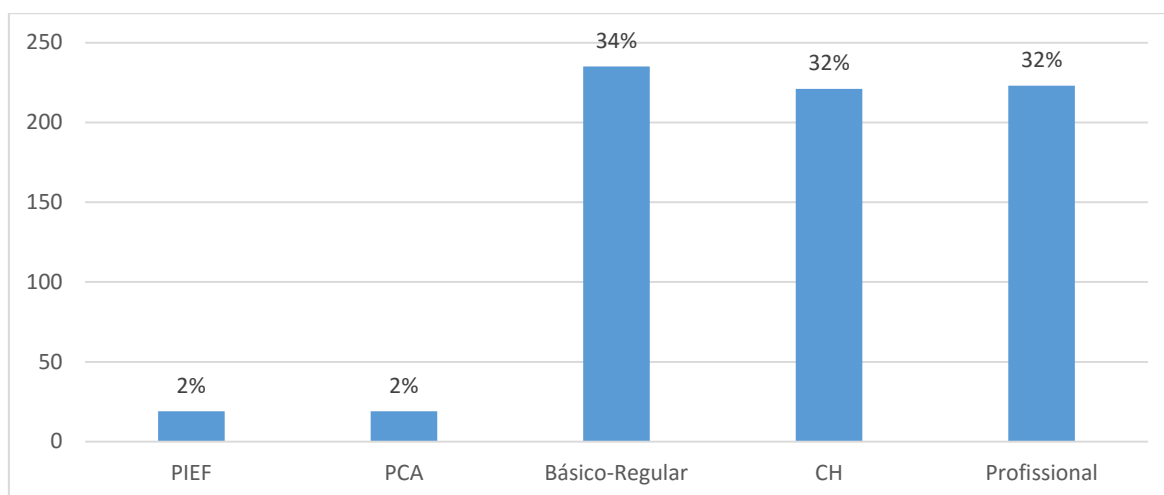
Total: 294, correspondendo a 43% dos alunos

1.3. Distribuição dos alunos em 2017-18



¹² As percentagens constantes dos gráficos foram arredondadas, podendo dar azo a que as percentagens não coincidam com os 100%.

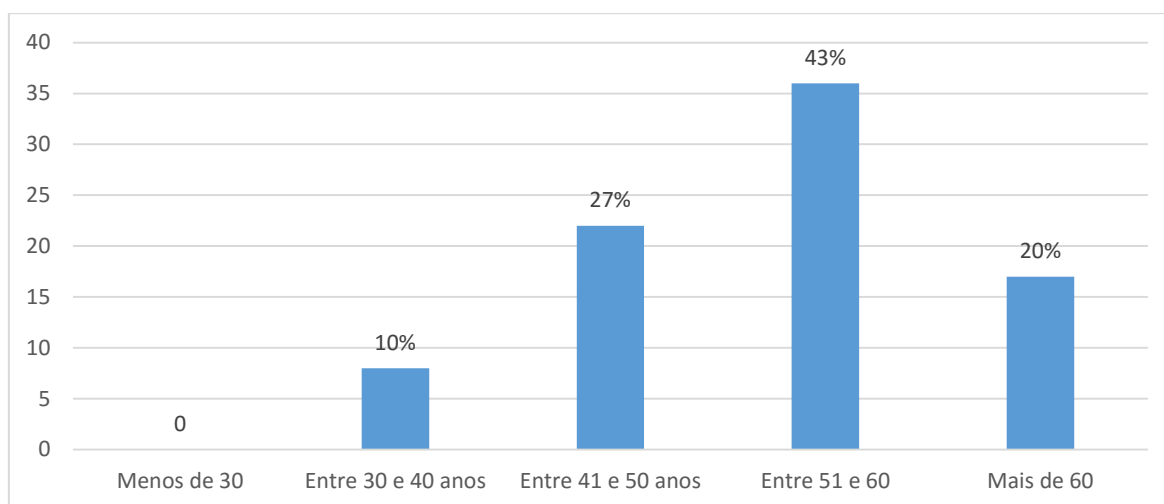
1.4. Distribuição dos alunos por modalidade de Ensino



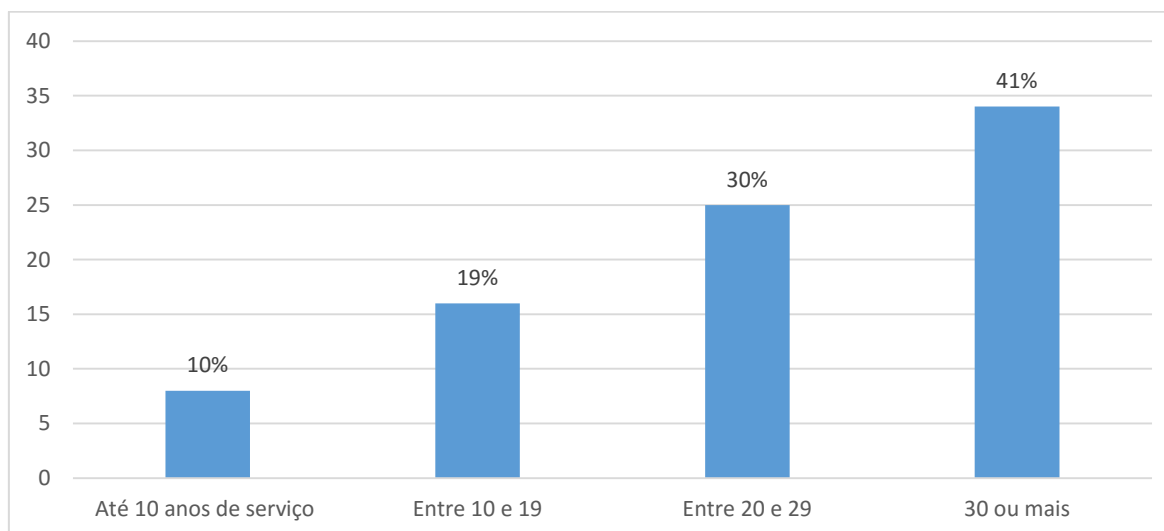
33

2. Professores

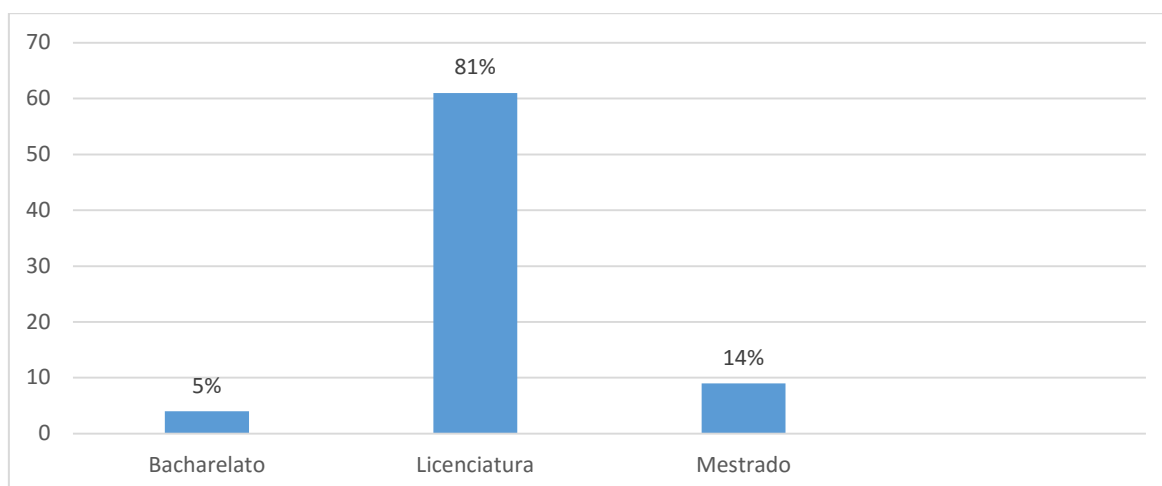
2.1. Distribuição etária



2.2. Distribuição por anos de serviço

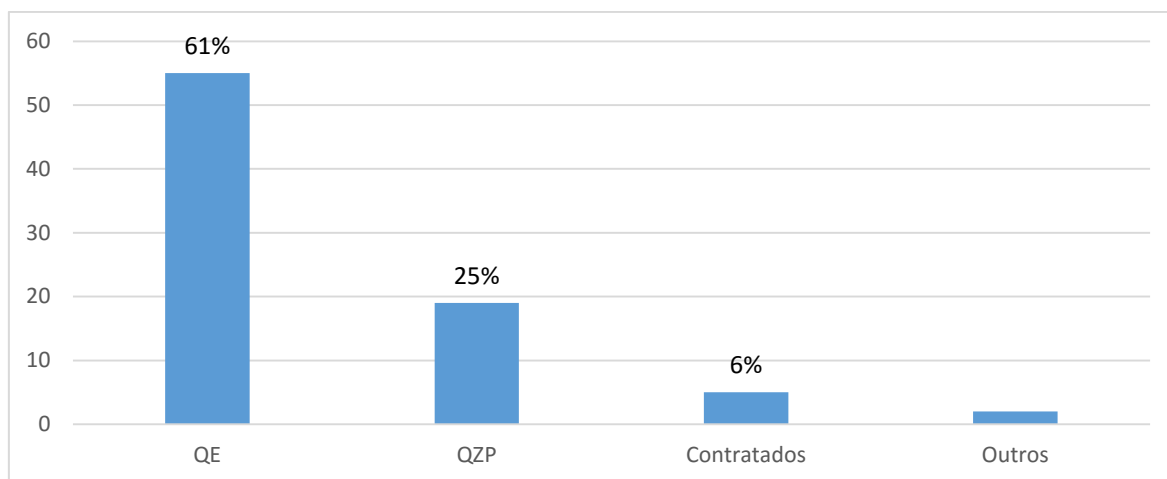


2.3. Habilitações dos Docentes

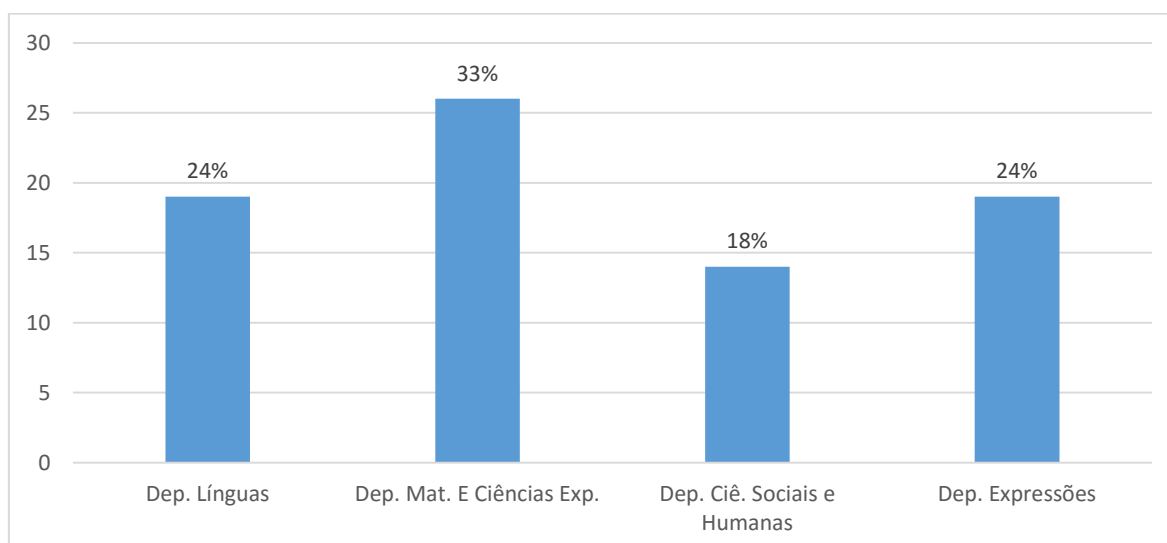


34

2.4. Por tipo de vínculo

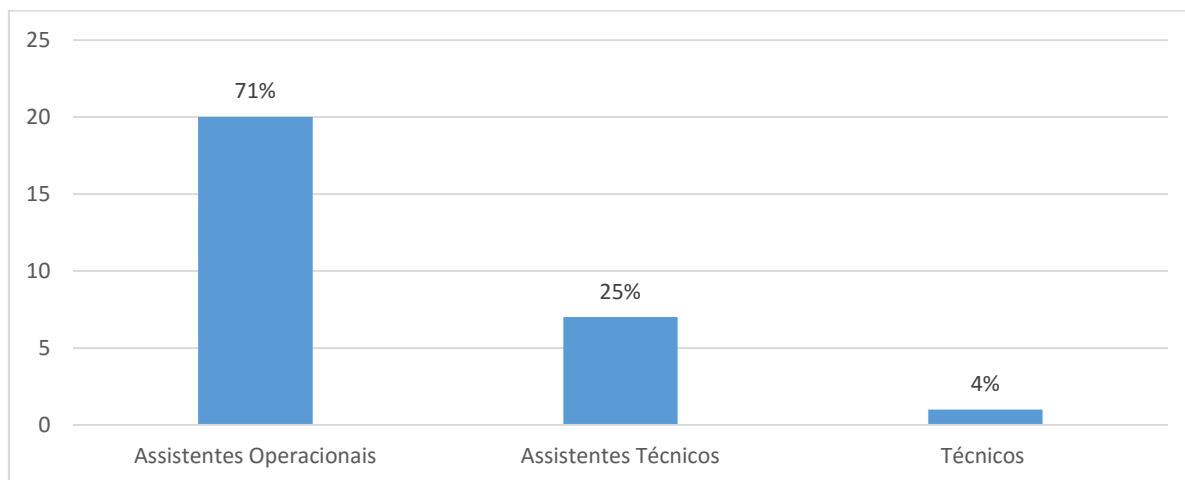


2.5. Distribuição por Departamentos



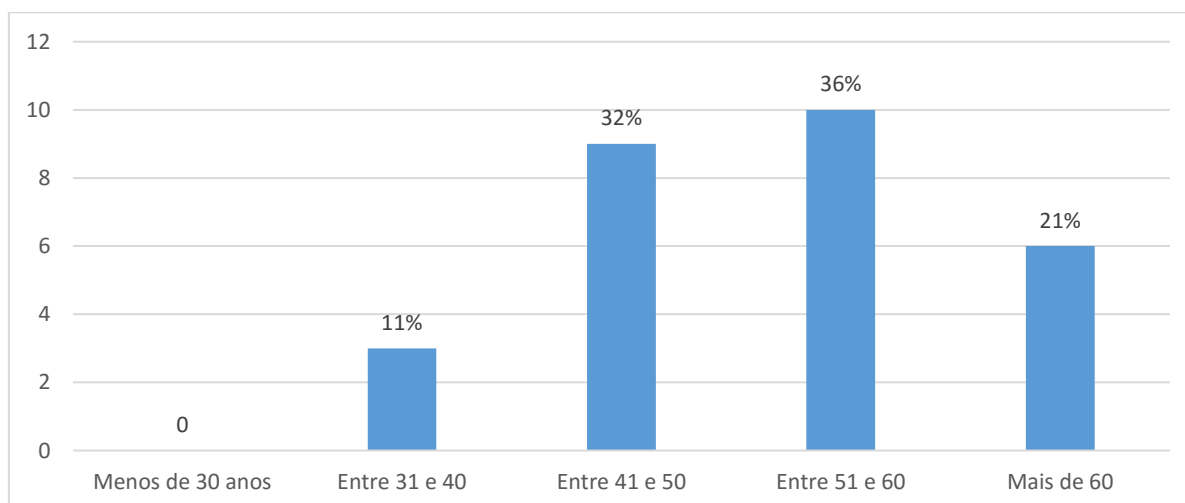
3. Pessoal Não Docente

3.1. Distribuição do pessoal pelo serviço

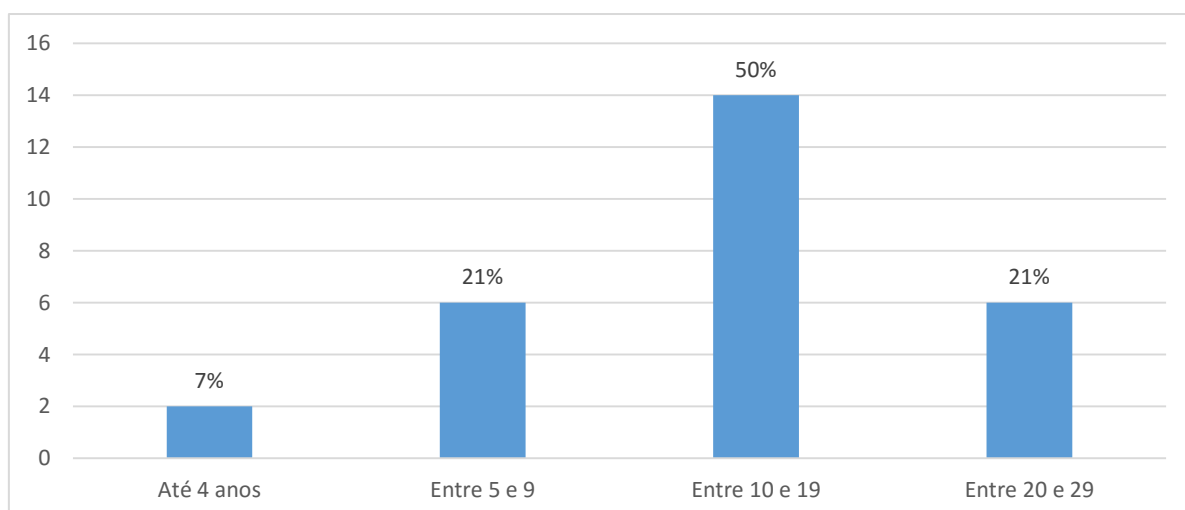


35

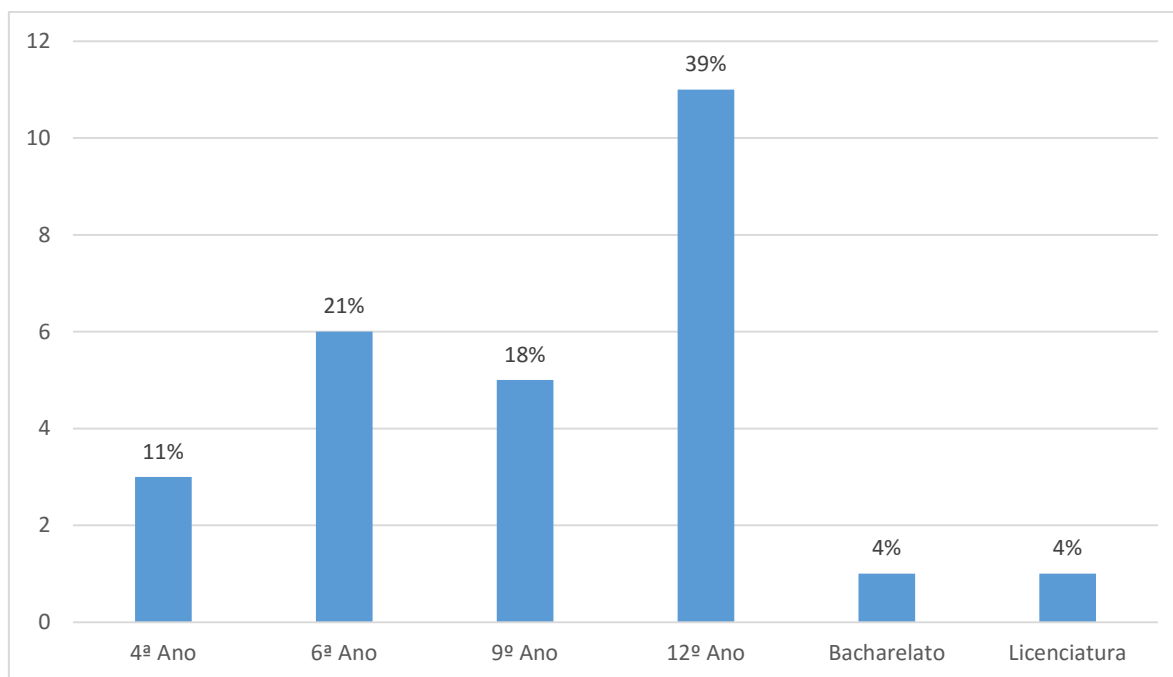
3.2. Distribuição por idade



3.3. Distribuição por anos de serviço



3.4. Habilitações do Pessoal Não Docente



36

4. Dados de escolaridade e socioeconómicos de contexto¹³:

	Estrang.	Hab. Lic.	Pais Sec	1º, 2º e 3º Ciclo	Desconhecido	ASE	NEE	Tutelados
<i>Básico</i>	4%	3%	3%	33%	56%	63%	4%	36%
<i>Secundário</i>	3%	3%	6%	26%	29%	41%	9%	3%
<i>Total escola</i>	3%	3%	7%	28%	33%	45%	8%	8%

5. Abandono

	05-06	06-07	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
3º Ciclo	16%	9%	2%	0%	0%	0%	1%	12% ¹⁴	20%	17%	21%	2,8%
Secundário	8%	3,8%	4,4%	2,7%	3,8%	2%	3,6%	3,7%	5,5%	3%	6%	5,5%
Total Escola	10%	16,4%	10%	6,2%	10,8%	4,4%	4%	4,3%	9,6% ¹⁵	9%	9%	6%

¹³ Dados de 2016-17.

¹⁴ Anos letivos em que não tivemos no básico ensino regular, cingindo-se a escola a turmas PIEF, CEF e PCA. A partir de 16.17, com uma turma do 7º ano, o ensino regular voltou à escola, mas neste ano tivemos ainda PIEF, CV e CEF.

¹⁵ Entrou em vigor um novo conceito de abordagem do abandono: taxa de interrupção precoce do percurso escolar. Se vigorassem os mesmos critérios até este ano, a taxa seria de 1.06%.

6. Participação dos Pais/Encarregados de Educação

	07-08	08-09	09-10	10-11	11-12	12-13	13-14	14-15	15-16	16-17
Presença dos Pais nas reuniões de DT/E. Educação	52%	59%	41%	50%	53%	58%	56%	56%	64%	62%
Representantes de Pais/Encarregados de Educação eleitos	93%	86%	90%	95%	95%	100%	100%	100%	100%	100%
Presença de Pais nas horas de receção do DT	32%	31%	34%	54%	34%	43%	54%	49%	53%	55%

7. Resultados Escolares– Evolução ao longo dos anos de acordo com a base de dados do Ministério da Educação -- MISI

		06-07		07-08		08-09		09-10		10-11		11-12		12-13		13-14		14-15		15-16		16-17	
		UO	Nac.	UO	Nac.	UO	Nac.	UO	Nac.	UO	Nac.	UO	Nac.	UO	Nac.	UO	Nac.	UO	Nac.	UO	Nac.	UO	Nac.
3ºCic.		84,8 %	89,4 %	85,3 %	91,7 %	83,0 %	91,9 %	85,9 %	91,6 %	71,2 %	92,0 %	56,5 %	89,6 %	87,8 %	88,6 %	72,7 %	88,8 %	82,7 %	91,2 %	92% =	92,5 %	93,1 %	93,4 %
	7º	86,9 6%	79,5 7%	---	---	68,7 5%	82,6 %	90,0 %	83,2 5%	70,0 %	84,1 4%	63,6 4%	82,0 9%	---	---	---	---	---	---	---	---	91,6 7%	87,8 5%
	8º	81,2 5%	86,9 5%	100, 0%	89,3 1%	---	---	77,7 8%	88,9 7%	87,5 %	89,6 8%	75,0 %	86,9 1%	93,7 5%	85,4 7%	---	---	65,0 %	89,1 5%	---	---	---	---
	9º	64,5 2%	80,9 5%	81,8 2%	86,9 8%	71,4 3%	87,1 6%	61,1 1%	85,9 3%	66,6 7%	86,1 5%	42,1 1%	82,3 6%	82,7 6%	81,1 9%	56,5 2%	83,1 3%	---	---	93,3 3%	88,9 2%	---	---
Sec.		75,2 %	79,7 %	82,5 %	82,2 %	78,5 %	83,3 %	78,7 %	82,1 %	81,8 %	81,6 %	82,2 %	81,6 %	85,8 %	81,2 %	77,1 %	80,3 %	88,1 %	82,4 %	91,9 %	80,3 -	78% -	83% %
	10º	97,6 7%	86,1 6%	86,2 1%	84,8 4%	89,8 6%	84,9 5%	76,1 9%	83,5 3%	75,0 %	74,9 3%	86,2 7%	84,4 7%	91,6 7%	83,3 5%	70,1 8%	83,4 9%	98,0 8%	81,9 3%	84,0 %	84,3 4%	75,3 8%	84,5 8%
	11º	68,4 2%	85,1 %	88,0 %	89,8 6%	96,0 %	88,8 5%	80,8 8%	88,3 6%	87,5 %	89,0 1%	88,0 %	86,8 7%	83,0 2%	86,1 2%	90,6 3%	86,3 4%	96,1 5%	84,5 9%	96,6 1%	90,6 9%	79,2 5%	90,7 3%
	12º	68,3 3%	64,6 6%	64,1 %	68,1 2%	52,6 3%	66,9 9%	72,7 3%	68,0 2%	53,3 3%	61,2 2%	68,7 5%	64,9 7%	72,0 9%	63,2 5%	74,4 7%	61,2 %	98,3 1%	62,6 2%	94,1 2%	64,2 8%	62,8 6%	69,1 9%
Prof.		71,0 1%	75,4 9%	86,1 5%	77,7 3%	72,3 1%	79,0 2%	78,0 %	74,3 9%	94,7 4%	87,9 4%	90,3 6%	88,4 3%	91,0 %	88,6 4%	74,0 7%	86,6 %	89,3 4%	87,7 3%	98,7 3%	88,4 1%	83,8 4%	90,3 3%
	1º	63,6 4%	75,1 1%	92,5 9%	77,5 3%	61,9 %	75,5 9%	70,0 %	71,5 3%	100, 0%	96,7 4%	100, 0%	97,5 1%	100, 0%	98,1 4%	100, 0%	98,3 6%	100, 0%	98,0 %	100, 0%	98,4 %	100, 0%	98,1 9%
	2º	85,0 %	88,5 5%	100, 0%	90,8 7%	63,6 4%	92,4 7%	88,2 4%	87,5 6%	100, 0%	98,8 7%	100, 0%	99,1 3%	100, 0%	99,3 7%	100, 0%	99,0 9%	100, 0%	99,0 %	100, 0%	99,1 5%	100, 0%	99,1 9%
	3º	68,7 5%	64,7 9%	63,1 6%	69,0 7%	90,9 1%	73,4 6%	76,9 2%	68,6 %	75,0 %	67,0 7%	42,8 6%	64,6 7%	43,7 5%	62,0 7%	34,8 8%	59,6 9%	55,1 7%	62,9 9%	92,5 9%	64,1 8%	33,3 3%	69,8 7%

8.Caracterização da escola efetuada pela Avaliação Externa – 2012:

“A Escola Secundária com 3.º Ciclo D. Dinis está situada a norte da cidade de Coimbra, numa zona comercial e industrial da freguesia de Eiras. Foi criada em dezembro de 1985, e ao longo do tempo teve as seguintes denominações: Escola Secundária da Pedrulha, Escola Secundária D. Dinis e Escola Secundária com 3.º Ciclo D. Dinis, designação atual. A Escola mostra bastantes dificuldades em captar alunos na sua área de influência, o que está relacionado, segundo os responsáveis, com a fraca rede de transportes públicos, a pouca atratividade do meio envolvente e a existência de estabelecimentos de ensino particular e cooperativo próximos com contrato de associação com o Estado.

No presente ano letivo (2011-2012), a população escolar totaliza 379 alunos: 62 do 3.º ciclo do ensino básico (três turmas) e oito do Programa Integrado de Educação e Formação - PIEF (uma turma); 186 do ensino secundário regular dos cursos científico-humanísticos (nove turmas), 38 de um curso tecnológico – Desporto (duas turmas) e 85 dos cursos profissionais – Informática de Gestão e Apoio à Gestão Desportiva (cinco turmas). Frequentam-na 34 alunos (9,0%) de outras nacionalidades, oriundos principalmente do Brasil, Angola, Cabo Verde e França. Relativamente à ação social escolar (ASE), verifica-se que 72,0% dos alunos não beneficiam de auxílios económicos. Conhece-se a formação académica de 50,0% dos pais, sendo que destes 71,3% tem a escolaridade básica e 28,7% possui estudos de nível secundário ou superior. Quanto à ocupação profissional, 9,1% dos pais dos alunos do ensino básico e 15,4% do secundário exercem atividades profissionais de classificação superior e intermédia. O ensino é assegurado por 52 docentes, sendo que 96,2% pertence aos quadros e 92,3% leciona há 10 ou mais anos. O pessoal não docente é composto por 26 elementos: 17 assistentes operacionais, sete assistentes técnicos e dois técnicos superiores – uma psicóloga e uma profissional de apoio à biblioteca e gestão dos laboratórios.

No ano letivo de 2010-2011, ano para o qual há referentes nacionais calculados, a idade média dos alunos no 9.º ano situa-se bastante acima do valor mediano nacional. No 3.º ciclo, a percentagem de pais com profissões de classificação superior e intermédia e de habilitações académicas de nível secundário ou superior fica muito abaixo da mediana nacional, o que sugere um contexto social claramente desfavorável neste nível de ensino. Em relação ao ensino secundário, a percentagem de alunos sem ASE e de pais com profissões de classificação superior e intermédia e habilitações académicas de nível secundário ou superior posiciona-se acima dos valores medianos nacionais, o que revela condições de vida das famílias muito superiores às dos alunos do ensino básico.”

8.As avaliações

8.1. Avaliação externa

8.1.1. Primeiro ciclo avaliativo - março de 2008

Pontos fortes:

“Liderança do conselho executivo expressa na boa gestão de recursos e na definição de objetivos avaliáveis, centrados na integração e na socialização dos alunos, bem como na melhoria dos resultados escolares;

-Atividades dinamizadas pelo clube de teatro “KAOS”, com impacto ao nível da integração e da sociabilização dos alunos, bem como do reconhecimento comunitário;

-Implementação de um mecanismo de autorregulação, que permitiu identificar pontos fortes e fragilidades e definir algumas estratégias para a melhoria do serviço educativo.”

Pontos fracos:

“-Resultados insatisfatórios, em 2006-07, nos exames nacionais de Matemática do 9º ano de escolaridade (18,2%), abaixo do referente nacional em 10,8%, e decréscimo expressivo da taxa de sucesso do 10º para os 11º e 12º anos dos cursos científico-humanísticos do ensino secundário (da ordem dos 28%);

-Abandono escolar significativo no 3º ciclo do ensino regular e nos cursos de educação e formação (situado, do ano letivo de 2006/07, em 13.6%);

-Inexistência de acompanhamento e de supervisão da prática letiva em contexto de sala de aula, que não permite, designadamente, a reflexão sustentada sobre os processos de ensino conducentes à melhoria das aprendizagens e dos resultados escolares;

-Insuficiente trabalho ao nível de elaboração e da aplicação de provas comuns por ano de escolaridade/disciplina, que não potencia a confiança nos processos de ensino e nos resultados;

-Ausência de articulação com os estabelecimentos de ensino de proveniência dos alunos, que não possibilita a sequencialidade das aprendizagens;

-Falta de monitorização global das medidas de apoio implementadas, o que impede o conhecimento da sua eficácia e a eventual reorientação das medidas tomadas.”

Classificações obtidas:

-Resultados – SUFICIENTE

-Prestação do serviço educativo – SUFICIENTE

-Organização e gestão escolar- BOM

-Liderança – BOM

-Capacidade de autorregulação e melhoria da escola – BOM

8.1.2. Segundo ciclo avaliativo - março de 2012

Pontos fortes:

“-Acompanhamento dos alunos em situação de risco, em colaboração com entidades externas, que permite a sua recuperação para as atividades escolares e o consequente controlo do abandono no 3.º ciclo e sua diminuição noutros ciclos/cursos ministrados;

-Incentivo aos alunos no sentido de terem um papel ativo na Escola, traduzido no envolvimento em várias atividades da sua responsabilidade;

-Adequação do ensino às capacidades e ao ritmo de aprendizagem dos alunos, visível na diversificação da oferta formativa e nas medidas de apoio criadas;

-Valorização das metodologias ativas e experimentais no ensino das ciências, com atividades frequentes em sala de aula e participação em projetos e concursos relacionados com esta área;

-Lideranças motivadas e mobilizadoras dos recursos internos e externos da Escola, com vista à execução do projeto educativo.”

Pontos fracos

“-Resultados das provas externas no ensino secundário, que por norma ficam aquém das médias nacionais;

-Especificação das metas quanto aos resultados académicos a atingir, para que estas tenham um efeito regulador no processo de ensino-aprendizagem;

-Alargamento dos mecanismos de supervisão direta da prática letiva, com impacto na reflexão sobre as questões pedagógicas e na resolução das dificuldades;

-Aferição dos critérios e dos instrumentos de avaliação, no sentido de aproximar a média da classificação interna final e a obtida nos respetivos exames nacionais em algumas disciplinas;

-Organização de planos de melhoria nas áreas consideradas deficitárias na autoavaliação, visando a melhoria do serviço prestado pela Escola.”

Classificações obtidas:

-Resultados – BOM

-Prestação do serviço educativo – BOM

-Liderança e Gestão – MUITO BOM

8.2. Avaliação interna¹⁶:

8.2.1.Avaliação do ano letivo 2013-14

Pontos Fortes/Muito Bom e Bom:

-O atendimento do Diretor de Turma

-O atendimento dos serviços administrativos

-O apoio dos professores aos alunos

-Horário das aulas

-O desempenho da Direção

-O bom relacionamento entre toda a comunidade escolar

-O modo como é avaliado

Pontos Fracos (menos positivos):

-Comportamento de alguns alunos/turmas nas aulas

-Algumas condições físicas da escola: estado dos telheiros, falta de aquecimento, excesso de humidade em certos locais

-Transportes

-A qualidade da alimentação

-Nº elevado de alunos em certas turmas

8.2.2.Avaliação do ano letivo 2014-15

¹⁶ A Equipa de Avaliação Interna, constituída em 2007, tem funcionado com a máxima independência. A direção da escola tem conhecimento dos trabalhos e dos resultados apenas no final do ano, quando estão prontos para ser divulgados.

Pontos Fortes/Muito Bom e Bom:

- Boa relação interpessoal na Escola (aluno-aluno, professores-alunos e alunos-funcionários).
- Dimensão pedagógico-didática, quer a nível da comunicação, das atividades desenvolvidas, das estratégias, dos materiais usado e apoio ministrado aos alunos.
- Dimensão organizativa a nível dos diversos setores (Direção, Biblioteca, Sala de convívio, desempenho dos professores e funcionários).

Pontos Fracos (menos positivos):

- Algumas situações pontuais a nível pedagógico-didático
- Algumas situações a nível disciplinar (comportamento de alguns alunos/turmas nas aulas).
- Algumas condições físicas da escola.

8.2.3.Avaliação do ano letivo 2015-16

Pontos Fortes/Muito Bom e Bom:

- Boa relação interpessoal na Escola (aluno-aluno, professores-alunos e alunos-funcionários).
- Dimensão pedagógico-didática, quer a nível da comunicação, das atividades desenvolvidas, das estratégias, dos materiais usado e apoio ministrado aos alunos.
- Dimensão organizativa a nível dos diversos setores (Direção, Biblioteca, Sala de convívio, desempenho dos professores e funcionários).

Pontos Fracos (menos positivos):

- Algumas situações a nível disciplinar (comportamento de alguns alunos/turmas nas aulas).
- Algumas condições físicas da escola.

8.2.4.Avaliação do ano letivo 2016-17

O que é claramente MB e Bom:

- O bom relacionamento entre toda a comunidade escolar
- O apoio dos professores aos alunos
- O atendimento do Diretor de Turma
- O atendimento dos serviços administrativos
- Horário das aulas
- O desempenho da Direção

Os aspetos menos positivos:

- Comportamento de alguns alunos/turmas nas aulas
- Algumas condições físicas da escola
- A qualidade da alimentação
- Nº elevado de alunos em certas turmas

9.Opções estruturantes de natureza curricular para o ensino básico e para o ensino secundário

9.1.Ensino Básico

9.1.1.Terceiro Ciclo Regular

Opções genéricas:

-Nas disciplinas com carga horária superior a 2 horas semanais, 2 dos tempos letivos devem ocorrer em horas consecutivas.

-Se a carga horária semanal for inferior ou igual a 2 tempos, estes devem ser repartidos em 2 dias por semana.

-Não devem ser distribuídos, preferencialmente, em dias consecutivos.

Opções das Línguas Estrangeiras I e II:

-Tendo-se em conta que, no 8.º e 9.º ano, as LE dispõem de 5 tempos semanais;

-Tendo-se em conta a importância do desenvolvimento de competências no domínio das línguas estrangeiras;

-Tendo-se em conta a importância crescente que assume o domínio de várias línguas estrangeiras, nomeadamente a língua inglesa no espaço europeu, tendo a escola abraçado projetos europeus, participando em três;

-Tendo-se em conta que os alunos que iniciam o 7.º ano frequentam o inglês desde o 2.º ciclo;

-Tendo-se em conta que os alunos, chegados ao 10.º, podem optar por qualquer uma das línguas estudadas até ao 9.º ano (acontecendo que em ambos os casos, o programa de 10.º ano de continuação não distingue os anos de aprendizagem anteriores);

Entende-se ser aconselhável, para uma boa formação dos alunos, manter o equilíbrio na distribuição dos tempos letivos dedicados à LE ao longo do ciclo.

-A LE II, por se tratar de uma disciplina de iniciação, deverá ter o reforço no 8º ano.

Opções na Área das Ciências Humanas e Sociais – 9.º ano

-Os tempos letivos das disciplinas de História e Geografia obedece ao princípio do equilíbrio da carga horária no 7.º e 8.º ano.

Opções na Área de Ciências Físicas e Naturais

-Nas disciplinas de Físico-Química e Ciências Naturais também se respeitou o equilíbrio da carga horária, com exceção do 7.º onde, devido ao número de horas, se decidiu atribuir mais um tempo a CN.

-Havendo condições legais, conforme despacho de organização do ano letivo, em 18-19, Despacho Normativo n.º 10-B/2018, de 6 de julho, será feito o desdobramento da turma em 100 minutos por semana, 50 minutos por disciplina, nas turmas com mais de 20 alunos.

Opções para as disciplinas TIC/Oferta da escola/Oferta Complementar

-Funcionarão em regime de desdobramento da turma com as disciplinas de TIC e de Dança, nos 7.º e 8.º.

9.1.2. PIEF

As estruturas curriculares desta opção formativa procurou responder ao perfil dos alunos e permitir uma alternativa que viabiliza o sucesso escolar e, se possível, voltem a ganhar o gosto pela escola e pelas aprendizagens. Recorda-se, no caso do PIEF, que

estamos perante alunos que “já estão em situação marginal e de exclusão e que é necessário reinventar a escola e o ensino”¹⁷.

Em relação ao PIEF, ainda, “Assumindo-se como um Programa que recorre a estratégias de ensino baseadas na “adaptação do currículo, mantendo as competências essenciais a adquirir, [e] organizando os conteúdos em torno de problemas ou temáticas mais próximas dos alunos e seus contextos”, procurou-se adaptar o currículo.

Atendendo ao perfil, há uma aposta nas componentes de desenvolvimento pessoal e social.

9.1.3. PIP – 8.º e PCA - 9.º

Parece-nos necessário reconquistar estes alunos para a escola, pois precisam de reconquistar o gosto de aprender e fundamentalmente reconquistarem a autoestima e a crença nas suas capacidades.

Ambos os planos surgem como resposta a um grupo de alunos do ensino básico os quais revelaram:

- dificuldades de aprendizagem;
- passado de insucesso escolar;
- risco de exclusão social;
- abandono escolar.

As “reconquistas” só poderão ser conseguidas se os alunos tiverem um acompanhamento mais personalizado, com maior espaço de vinculação aos saberes, aos educadores e à escola, a par da implementação de disciplinas mais práticas, que vão ao encontro das suas preferências e gostos. Desta forma, potenciar-se-á melhor os níveis de sucesso e compromisso com as aprendizagens, ao mesmo tempo que reconstruímos um futuro mais desejável para cada aluno.

A “devolução” da consciência de si a estes jovens, isto é, mais ajustados e confiantes, mais motivados para os saberes e para o seu próprio desenvolvimento, com projetos ajustados ao seu perfil, são objetivos que, perante o perfil destes, jovens só é possível com um Percurso Curricular Alternativo ou um PIP.

Ao estabelecermos um percurso escolar que pode ser flexibilizado e adequado às necessidades e exigências destes alunos, pretendemos:

- Integrar os alunos na comunidade escolar;
- Promover as aprendizagens;
- Diminuir o insucesso escolar;
- Motivar os alunos para que estes cumpram a escolaridade obrigatória;
- Responsabilizar os alunos para um projeto de vida;
- Diminuir a indisciplina;
- Combater a falta de assiduidade e o possível abandono escolar;
- Melhorar o envolvimento das famílias.

O desenho curricular da medida pedagógica apresentada tem por referência as matrizes curriculares-base e é uma possibilidade de desenvolver projetos multidisciplinares com incidência maior nas componentes artística e tecnológica. No entanto, o trabalho a

¹⁷As transcrições relativas ao PIEF, entre aspas, dizem respeito ao Relatório PIEF 2017-18.

efetuar nas restantes componentes deverão permitir a aquisição de conhecimentos e o desenvolvimento de competências nos domínios científico, social e humano, a par do artístico, tecnológico, desportivo, bem como competências transversais decorrentes do trabalho de pesquisa, de registo de informação, da produção de texto, da comunicação oral e escrita, da resolução de problemas, da localização espacial, da motricidade fina e outras, devidamente enquadradas nas exigências do mundo atual. Com esta proposta, procuramos também ir ao encontro do perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória e assegurar que as aprendizagens essenciais sejam adquiridas.

Opções curriculares têm em conta as Aprendizagens Essenciais e o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade.

1. A proposta de Restauro e Manutenção, ao abrigo da alínea c) do artigo 4.º da Portaria 181, procura dar um caráter tecnológico e prático, com o objetivo de colocar os alunos a “fazer coisas” em práticas de serralharia, carpintaria e eletricidade, havendo, simultaneamente, uma rentabilização dos recursos.

Nesta “disciplina”, pensamos que é possível que as aprendizagens essenciais da disciplina de Educação Visual, a qual não consta da nossa proposta curricular, possam ser trabalhadas e desenvolvidas.

2. A semestralidade proposta entre Restauro e Manutenção e TIC visa, entre outras razões, a utilização, em cada aula, de um computador por aluno e em Restauro e Manutenção se procura a segurança, pois nas áreas propostas, por vezes, as mesmas podem requerer o recurso a equipamento elétricos e cortantes. Estando o grupo de 18 alunos divididos, em grupos reduzidos tais objetivos são mais passíveis de ser alcançados.

3. Com as disciplinas de Dança, ao abrigo da alínea c) do artigo 4.º da Portaria 181, e Teatro, em oferta complementar, procuramos, entre outros objetivos, que o aluno evidencie aprendizagens significativas do conhecimento de si, do outro e do mundo, que desenvolva estratégias de comunicação, relações interpessoais, trabalho de equipa, resolução de problemas e tomadas de decisão e que desenvolva uma prática reflexiva tendente a romper com estereótipos culturais e preconceitos raciais, de género, entre outros.

Por outro lado, estas disciplinas encaixam-se no Perfil do Aluno em diversas dimensões, a começar pela “Sensibilidade estética e artística”, mas onde entram também “*Bem estar e ambiente*”, “*Consciência e domínio do corpo*”, “*Linguagem e textos*”, “*Pensamento crítico e pensamento criativo*”, “*Relacionamento interpessoal*” e “*Desenvolvimento pessoal e autonomia*”.

Acresce, neste ponto, que o “investimento” na educação artística vai também ao encontro de decisões da escola nesta área. Para o ano que se inicia, a escola candidatou-se, tendo apresentado o projeto Cultural da Escola, ao Plano Nacional das Artes.

4. A proposta da Oficina de Trabalho de Projeto, ao abrigo da alínea c) do artigo 4.º da Portaria 181, pretende que os alunos desenvolvam competências de investigação, recolha e tratamento de dados, programação e planificação de projetos, discussão de ideias, elaboração de trabalhos, etc.

5. O reforço da “carga” letiva de TIC é o reconhecimento da importância da formação dos cidadãos do século XXI (mais uma vez o Perfil dos Alunos), onde o

conhecimento desta área é essencial e primordial, indo, simultaneamente ao encontro dos gostos dos alunos e, dessa forma, cativar e motivá-los para a escola e para o conhecimento.

6. A interdisciplinaridade entre História e Geografia e Ciências Naturais e Físico-Química, em regime de desdobramento e tempos simultâneos, tem como objetivo a visão holística do conhecimento, fomentando-se a interdisciplinaridade.

7. O reforço das horas de Educação Física vai ao encontro de uma área de agrado dos alunos e se insere no fomento da prática desportiva, também contemplada no Perfil do Aluno (“*Bem Estar, Saúde e Ambiente*”).

8. Em jeito de síntese das nossas opções, temos a consciência que através da sensibilização para as artes, para a prática desportiva, para o domínio das tecnologias, sejam elas informáticas sejam elas de cariz técnica, e para o conhecimento, estaremos mais próximos de o aluno voltar a ganhar a autoestima e o gosto pela escola e, desta forma, para o seu desenvolvimento e evolução pessoal

9.4. Secundário

9.4.1. Ciências e Tecnologias

As grandes opções estruturantes localizam-se na **componente específica** e têm em conta os recursos humanos e físicos da escola e a importância das disciplinas no prosseguimento de estudos.

-Física e Química A e Biologia e Geologia, disciplinas de Ciências e Tecnologias, consideradas “nucleares” de todos os cursos superiores das áreas científicas;

-Geografia e MACS/Latim, disciplinas de Línguas e Humanidades, funcionando na segunda a opção disciplinar que tiver mais alunos matriculados.

9.4.2. Cursos Profissionais

As grandes opções da escola:

-realização do estágio no 2º e 3º anos dos cursos, trabalhando-se, em termos e competências sociais e pessoais os alunos no 1º ano;

-devido à necessidade de horas para estágio no 2º e 3º anos incidência maior da carga letiva no 1º ano.

9.5. Autonomia e Flexibilidade Curricular - ensino básico

1.**Cidadania e Desenvolvimento** – Um tempo letivo a atribuir, preferencialmente ao DT, onde poderão ser trabalhados temas que devem estar em sintonia com o Plano Anual de Atividades. O seu funcionamento será em organização anual.

2. **Oferta Complementar – Oficina de Trabalho Projeto.** Com a criação desta disciplina pretende-se que os alunos adquiram novos conhecimentos definidos no currículo, no âmbito das diversas disciplinas que frequentam, através da metodologia de trabalho de projeto, sempre que possível de carácter interdisciplinar.

3.**Domínio de Autonomia Curricular (DAC)** - Será desenvolvido em disciplinas, de acordo com as deliberações do conselho de turma, em 1 tempo semanal por disciplina, durante algumas semanas em cada período.

4.As disciplinas de **TIC e Complemento à Educação Artística** funcionarão em regime de desdobramento de forma a desenvolver de forma mais consistente as aprendizagens dos alunos nas área das ciências sociais e humanas e artísticas.

5.Desdobramento de dois tempos entre a disciplina de **Ciências Físico Químicas e a disciplina de Ciências Naturais**.

6. Atribuição de 1 tempo semanal ao **DT** em comum com os alunos para tratar de assuntos relacionados com o funcionamento da própria turma - Orientação Escolar.

7. **Equipa Pedagógica** – Opção por docentes marcados pela motivação, interesse, disponibilidade para trabalhar na flexibilidade curricular e com passado trabalho colaborativo.

8. **Trabalho Colaborativo** – presente de diversas formas:

-Atribuição de 1 tempo semanal, comum a todos os docentes da equipa pedagógica, marcados no horário semanal, a sair da componente não letiva;

-Parcerias / assessorias em todas as disciplinas da turma, podendo ser da mesma ou de disciplinas diferentes.

-Permutas temporárias entre professores da mesma área ou domínio disciplinar.

9.6. Cidadania e Desenvolvimento

Uma vez que no ensino básico está definida como disciplina, no **ensino secundário**, funcionará nos termos da alínea c) do ponto 4 do artigo anteriormente transcrito: “A abordagem, no âmbito das diferentes disciplinas da matriz, dos temas e projetos, sob coordenação de um dos professores da turma ou grupo de alunos.”

Projeto Educativo aprovado em Conselho Geral, realizado a 14 de dezembro de 2017 e atualizado em 7 de fevereiro de 2020